



**Universidade Eduardo Mondlane**  
**Faculdade de Letras e Ciências Sociais**  
**Departamento de Sociologia**

**Título: “*HI Mani a mandaku ka mali kê?*” Um Estudo Sobre o Lugar da Mulher Pobre na Família**

**Autor: Agnaldo Jorge Bata**

**Superivora:**  
**Prof. Dra. Nair Teles**

**Julho de 2013**

**“*HI mani a mandaku ka mali Kê?*” Um Estudo Sobre o Lugar da  
Mulher Pobre na Família**

Monografia Apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a  
obtenção do grau de Licenciatura em Sociologia na Universidade Eduardo Mondlane

**Agnaldo Jorge Bata**

**Universidade Eduardo Mondlane  
Faculdade de Letras e Ciências Sociais  
Departamento de Sociologia**

**Supervisora:** Prof. Dra. Nair Teles

**Julho de 2013**

**O Júri**

**O supervisor**

**O presidente**

**O oponente**

.....

.....

.....

Maputo, aos..... De ..... De 2013

## **Declaração**

Eu, Agnaldo Jorge Bata, Declaro por minha honra que esta monografia nunca foi apresentada, parcial ou integralmente, em nenhuma instituição para a obtenção de qualquer grau académico e que constitui resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e nas referências bibliográficas as fontes utilizadas.

Maputo, Fevereiro de 2013

.....

(Agnaldo Jorge Bata)

## **Dedicatória**

À memória dos meus tios, Samuel Jeremias, Pedro e Celina. Que Deus esteja com eles e abençoe as suas almas.

## **Agradecimentos**

Agradeço em primeiro lugar a Deus, pela força saúde e vida que me proporcionou para que pudesse chegar a este estágio.

Ao meu pai, Jorge Bata, que desde cedo me inspirou, me incentivou, e criou todas as condições necessárias para que eu pudesse sempre continuar com os meus estudos. Por ele até o impossível foi feito. Agradeço em simultâneo as minhas mães, Elsa Cumbane e Madalena Jossias, pelo imenso carinho e amor de mãe que sempre me deram para que eu pudesse crescer em estatura e mentalmente.

Um agradecimento especial para a minha supervisora, Dra. Nair Teles, uma terceira mãe na verdade, pela disponibilidade incondicional para me orientar na realização do presente trabalho, assim como de outras realizações durante a minha estadia no Departamento de Sociologia. Através das suas críticas construtivas, foi possível dar os primeiros passos na minha formação académica, no ensino superior.

Ao Dr. Baltazar, Dr. Domingos, dr. Candido, Dra. Dinasalda, Dr. Cuinhane, Dr. Neto, e a todo corpo Docente do Departamento de Sociologia, e do GPSS (Grupo de saúde Pesquisa e Sociedade) que sem medir esforço, dentro e fora da sala de aulas, de tudo fizeram para me transmitir boa parte dos seus conhecimentos experiências.

Ao meu grupo de estudos (companheiros de trincheira na verdade), Nerua, Silmério, Fernão, Ernesto, Nelson e Ernestina, aos meus colegas de sala de aulas, Amina, Edgar, Suzana, Vitória, Beatriz, Faz-tudo, Celina, Mariamo, Lourena, Muajuma, Celestina, Liesse, Silvina, Renalda, Quirson, Mangueze, Chiziane, Paiva, Fred, Rutique, Cortês.... a todos mesmo. Memoráveis foram os momentos que passamos juntos na academia.

Aos meus irmãos, Clotilde, Elsa, Hélder e Emerson. Aos meus tios, João Zauqueu, Tomás Jossias, e Lurdes Cumbana. O meu tio Elísio Jossias, que foi determinante na escolha do curso. Aos meus primos, Mário, Felipe, Ery, Élia, Jéssica, Euclides, Letícia, Gininha, e a todos que não puderam caber nesta lista.

Aos meus amigos da Sociedade Metodista Unida de Jovens, Calvino, Mauro, Bento, Sérgio, Menalda, Minoca, Paulo (Zunguze e Simão), Pedro e Jacinto. E a outros, como Fernando, Dona Madalena, Emídio, Isidro, Gilberto, Rogério, Julieta e Zélia. Aqueles, que directa ou indirectamente contribuíram para que este trabalho pudesse ser realizado.

## **Resumo**

O presente trabalho procura reflectir sobre o lugar da mulher na família, através de como esta participa do sistema de controlo de recursos financeiros dentro desse espaço social. Realizamos um estudo de campo na cidade de Maputo, no bairro Polana Caniço, com objectivo de compreender como é que diferentes mulheres pobres, com diversas experiências acedem aos recursos financeiros e como é que exercem o controle dos mesmos.

Com recurso a uma metodologia quantitativa, aplicamos, como técnica de recolha de dados, questionários por inquérito a 30 mulheres, e realizamos um estudo comparativo entre mulheres mais novas, com idade compreendida entre os 25-30 anos, e mais velhas, com idade compreendida entre os 40-45 anos, com acesso e sem acesso a uma fonte de renda própria. O tipo de amostragem usado foi não probabilístico. Para análise dos nossos dados, recorreremos a perspectiva analítica dada pelos estudos de interseccionalidade, que baseia-se no princípio de que a análise das desigualdades sociais não pode ser feita com recurso apenas a uma característica social, mas sim a partir de uma análise interseccional cruzando várias características geradoras de desigualdades em uma única análise, como género, classe social, raça, etnia, entre outros.

O argumento que defendemos é de que, o grupo das mulheres não é homogéneo, há diferenças entre elas, e são essas diferenças que vão determinar o lugar que ela ocupa na estrutura familiar. No caso do presente trabalho, as mulheres pobres, ocupam lugares distintos na estrutura familiar, sendo o principal factor de variação as suas experiências concretas. Foi constatado que as mulheres mais velhas, com acesso a uma fonte de renda, diferentemente das mais novas, conseguem desenhar estratégias que as permitem obter um maior controle e autonomia para decidir sobre os seus recursos, e em virtude disso, ocupar um lugar que não seja de total “submissão” na família.

Palavras-chave: Família, Diferença, experiências e autonomia.

## Summary

The present paper analyse the place of woman in the family through way she participate in the control system of financial resources in the social space. We conducted a field study in Maputo city, Polana Canico in the neighborhood. The aim of the study is to understand how different poor women with diverse experiences accessing financial resources and as such are exercising control of them.

Using a quantitative methodology, we applied a questionnaire survey of 21 women, and perform a comparative study among women younger and older, with access and without access to a source of personal income. The type of sampling used was not probabilistic. For our data analysis, we used the analytical perspective provided by studies of Intersectionality, which is based on the principle that the analysis of social inequalities can not be done using only a social characteristic, but rather from an intersectional analysis across several characteristics that generate inequalities in a single analysis, such as gender, social class, race, ethnicity, among others.

The argument is that we stand for, the women's group is not homogenous, there are significant differences between them, and it is these differences that will determine the place it occupies in the family structure. In the present work, poor women occupy different places in the family structure, the main factor of variation concrete experiences. It was found that older women with access to a source of income, unlike the younger, can design strategies that allow them to gain greater control and autonomy to decide on their resources, and because said, they don't occupy a seat of total "submission" in the family.

**Keywords:** Family, Difference, experiences and autonomy.

## Índice

Declaração.....	II
Dedicatória.....	III
Agradecimentos.....	IV
Resumo (Português).....	V
Resumo (Inglês).....	VI
Introdução.....	4
Capítulo I: Revisão da Literatura .....	10
1.1 As primeiras mudanças na estrutura familiar e no lugar da mulher.....	11
1.2 O lugar da mulher na família e as mudanças na sociedade Brasileira .....	16
1.3 O lugar da Mulher na Família no Contexto Moçambicano .....	19
Capítulo II: Do Feminismo a Interseccionalidade.....	26
2.1 A mulher no feminismo e na perspectiva de Género .....	27
2.2 Interseccionalidade: uma perspectiva analítica.....	30
2.3 Conceitos Analíticos .....	31
Capítulo III: Metodologia.....	35
3.1 Método de Abordagem.....	36
3.2 Método de Procedimento.....	36
3.3 Técnicas de Pesquisa.....	37
3.4 Grupo Alvo.....	37
3.5 Universo e Amostra.....	38
3.6 Constrangimentos do trabalho de Campo .....	38
3.7 Análise dos dados.....	39
Capítulo IV: Apresentação e Discussão dos resultados.....	40
4.1 Perfil Sócio-demográficos dos entrevistados.....	41
4.2 Acesso á recursos Financeiros.....	43
4.3 Controle dos recursos Financeiros .....	49



<b>4.3.1 Controle dos recursos financeiros: mulheres com acesso a fonte de renda própria</b>	49
<b>4.3.2 Controle dos Recursos do agregado familiar</b>	52
4.4 Autonomia na gestão de projectos individuais no uso de recursos financeiros	55
<b>4.4.2. Autonomia no uso dos recursos financeiros</b>	60
Capítulo V: O controle de recursos financeiros e o lugar da mulher na Família, sob olhar da interseccionalidade	62
Considerações Finais	67
Bibliografia	71
Anexos	76
Anexo I. Questionário	77
Anexo II. Credencial	84

## Índice de Gráficos

Gráfico 1: idade da entrevistada	41
Gráfico 2: Nível de Escolaridade	41
Gráfico 3: valor da renda mensal	44
Gráfico 4: idade valor da renda mensal das mulheres com fonte de renda própria	46
Gráfico 05: valor da mesada	47
Gráfico 06: idade das mulheres e conhecimento ou não do valor da renda do marido	48
Gráfico 07: decisão sobre as despesas do agregado familiar em função do acesso ou não a uma fonte de renda	52
Gráfico 08: decisão sobre as despesas do agregado em função da idade: mulheres com acesso a fonte de renda	53
Gráfico 09: decisão sobre as despesas do agregado em função da idade: mulheres sem acesso a fonte de renda	54

Gráfico 09: possibilidade de realização ou não do projecto para o futuro.....	57
---	----

## Índice de Tabelas

Tabela 1: idade da entrevistada e Nível de escolarização .....	42
Tabela 2: Idade da entrevistada e tipo de união.....	43
Tabela 3: acesso a fonte de renda e idade da entrevistada.....	44
Tabela 4: Valor da renda mensal, Nível de escolarização e idade das mulheres com fonte de renda própria.....	45
Tabela 05: conhecimento acerca do valor da renda do marido e conhecimento do marido acerca do valor da sua renda.....	49
Tabela 06: Idade da mulher, conhecimento acerca do valor da renda do marido e conhecimento do marido acerca do valor da sua renda.....	50
Tabela 07: aplicação do valor da renda das mulheres.....	50
Tabela08:quem decide sobre como a mulher irá gastar o dinheiro .....	51
Tabela 09. Plano ou projecto para o futuro.....	55
Tabela 10: plano ou projecto para o futuro e idade das mulheres.....	55
Tabela 11: idade da mulher e tipo de projecto que possui.....	56
Tabela 12: projecto ou plano para o futuro e acesso a uma fonte de renda.....	56
Tabela 13: acesso a uma fonte de renda e tipo de planos ou projectos para o futuro.....	57
Tabela 14: acesso a uma fonte de renda e probabilidade de realização do projecto.....	58
Tabela15: opinião do marido e expectativa da mulher realizar o projetco.....	59
Tabela16: idade das mulheres, acesso ou não a fonte de renda e possibilidade de uso de recursos individuais sem consultar o marido.....	59
Tabela 17: idade das mulheres, acesso ou não a fonte de renda e possibilidade de uso de recursos individuais sem consultar o marido.....	60

## Introdução

No presente trabalho<sup>1</sup>, procuramos reflectir sobre o lugar da mulher na família, através de como esta participa do sistema de controlo de recursos financeiros familiar. Centraremos a nossa análise na possibilidade que ela tem de controlar os recursos financeiros, pessoais e do agregado, pois, partimos do pressuposto de que o lugar que ela ocupa na estrutura familiar, influencia na forma como ela lida com a gestão desses recursos. A gestão financeira dos recursos familiar, e em particular da mulher cabe “tradicionalmente” ao homem. Entretanto, no cotidiano, percebe-se uma mudança quando algumas delas começam a demonstrar sinais de querer assumir essa tarefa.

O lugar que a mulher ocupa na família tem merecido destaque nos estudos sobre a família em Moçambique<sup>2</sup>. Por um lado, o lugar que ela ocupa é determinado pelo tipo de organização social predominante, e nos casos em que o modelo em domínio é o patriarcal (tanto nas sociedades matrilineares assim como patrilineares), o lugar da mulher na família vai ser determinado por relações desiguais entre homens e mulheres, levando a mulher a ocupar um lugar de “submissão” ao homem, estendendo-se a quase todas áreas da vida social. Por outro lado, há que se ter em conta as mudanças (estruturais ou não) que ocorrem e fazem com que a mulher tenha acesso à recursos financeiros, à educação, ao trabalho, entre outros, lhe permitindo deste modo romper com aquilo que lhe é atribuído “naturalmente”.

Nos últimos anos em Moçambique, o número de mulheres no mercado de trabalho, seja formal ou informal, registou um aumento considerável. Por exemplo, a proporção de mulheres assalariadas no sector não agrícola em 2002 era de aproximadamente 20%. E em 2007 cerca de 30% (Monjane, 2011; AIAS, 2011), gerando desta forma situações em que mulheres passam a ter uma fonte de renda própria, contrapondo desta forma a “tradicional” total dependência financeira. Este facto trata-se na verdade de uma experiência de vida que diferentes grupos de mulheres adquirem, e consequentemente, passam a ter uma maior probabilidade de controlo dos recursos financeiros dentro dos agregados familiares.

---

<sup>1</sup> O trabalho tem como Título: “*Hi Mani a mandaku ka mali kê?*”(Que, na língua local predominante, o changana, no bairro onde o estudo de campo foi realizado, significa: “quem manda no dinheiro afinal?”) um estudo sobre o lugar da mulher pobre na família

<sup>2</sup> Andrade *et al* (1998), Casmiro (2011), Loforte (2000) e Costa (2005).

Assim, centraremos a nossa reflexão nas experiências de vida que a mulher pobre possui e que pode levá-la a abordar de uma nova forma o seu lugar na família. Nesse sentido, entre 2011 e 2012, realizamos um estudo comparativo entre mulheres jovens e adultas, com e sem acesso a uma fonte de renda própria, residentes na cidade de Maputo, concretamente no bairro Polana Caniço, que se situa na periferia da cidade. A escolha deste bairro justifica-se pela diversidade de grupos de mulheres que aí se encontra, permitindo assim a realização de um estudo comparativo entre mulheres da mesma classe social, e em particular pelo facto da maior parte da população que vive nesse bairro apresentar elevados índices de pobreza (INE, 2007; Chavana 2009).

As décadas 1990 e 2000 foram marcadas por vários acontecimentos que provocaram profundas alterações nas estruturas familiares e nos seus *modus vivendi*. Nesse rol de acontecimentos, destacam-se (i) as migrações para as cidades devido a guerra civil<sup>3</sup>, (ii) a entrada da mulher para o mercado de trabalho, (iii) o desenvolvimento socioeconómico do país, e a (iv) predominância das organizações não-governamentais de luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres. Esses acontecimentos levaram com que a família tradicional moçambicana registasse diversas alterações em várias vertentes, e uma das questões de destaque nas pesquisas sobre a família foi o lugar que a mulher passa a ocupar nesta organização social, tendo **em conta** essas mudanças registadas no país (Andrade, 1998; Loforte, 2000).

As mudanças que ocorrem ao nível estrutural, **assim como a nível não estrutural**, fazem com que a heterogeneidade no grupo das mulheres se acentue, passando este grupo a apresentar maior diferença e diversidade. Segundo Branco (2008) as perspectivas teóricas que predominaram os primeiros estudos científicos sobre as mulheres, as caracterizaram como sendo um grupo homogéneo, sem distinções entre elas, que apenas pela sua condição de mulher experimentavam uma estrutura de submissão em relação aos homens, e em todas as esferas sociais. Branco destaca que contemporaneamente esta visão veio a ser criticada, devido a ocorrência de diversos acontecimentos nos quais as mulheres apresentam-se cada vez mais com maior participação, e passam a ser vistas como possuindo uma identidade<sup>4</sup> múltipla, que

---

<sup>3</sup> Guerra civil que opôs o governo da Frelimo e as forças da Renamo (1976-1992)

<sup>4</sup> Identidade **social** refere-se ao conjunto de características e traços próprios de um individuo ou comunidade, como é o caso de idade, classe, etnicidade, raça, gênero, etc. Apartir desse conjunto de

combina em si diferentes elementos, como, por exemplo, classe, raça, género, orientação sexual, etc. esses elementos contribuem para que haja uma maior heterogeneidade. Desta forma, não se pode afirmar que uma mulher moçambicana, branca, jovem, estudante, casada enquadra-se no mesmo grupo de uma mulher estrangeira, em moçambique, negra, adulta, trabalhadora e divorciada. As mudanças ocorridas no país nos últimos anos fizeram com que existisse diferentes formas de “ser mulher”.

A diversidade entre as mulheres, coloca em causa as possíveis certezas existentes sobre o lugar da mulher na família. O lugar da mulher na estrutura familiar, que a um dado momento era definido pela sua condição de ser mulher, passa a necessitar de uma nova atenção. As mudanças que as famílias moçambicanas atravessaram, em particular as do meio urbano, fizeram com que as mulheres vivenciassem diferentes experiências, possuindo deste modo distintos elementos que vão determinar o seu lugar na família. Assim, esse lugar não é mais definido somente pela sua condição de mulher, mas por complexas identidades levando-as a ter um lugar diverso. Tendo acesso a forma como ela lida com os recursos financeiros, acreditamos que poderemos ter um conhecimento mais apurados sobre o lugar que esta mulher ocupa na estrutura familiar.

Desta forma, formulamos a seguinte questão de pesquisa: *De que forma a mulher pobre gere os recursos financeiros dentro dos agregados familiares em um bairro periférico da cidade de Maputo?*

A esta questão, formulamos a seguinte resposta provisória: *A mulher pobre gere os seus recursos financeiros e do agregado de acordo com as suas experiências, tendo algumas poder de elaborar estratégias para ter maior controle sobre os mesmos.*

Várias foram as razões que nos levaram a escolher o presente tema de pesquisa. Constituíram **motivações pessoais** o facto de nós termos participado em pesquisas sobre

---

características, os indivíduos autonomizam-se e diferenciam-se socialmente, fixando em relação aos outros distancias mais ou menos rígidas (Pinto, 1991).

as mulheres e os espaços que elas ocupam na sociedade<sup>5</sup>, e nesse contexto a questão sobre o lugar da mulher na família despertou particular atenção ao constatar quão fértil é esse campo de discussão. Sob ponto de vista sociológico, foi o facto de se sentir a necessidade de compreender e caracterizar os processos sócio-culturais que determinam o lugar dos indivíduos na família, em particular das mulheres, tendo em conta as mudanças ocorridas em moçambique após os anos 1990 e a diversidade de situações e contextos existente entre as próprias mulheres.

Entendemos que o contributo teórico que este trabalho traz para a área das investigações sociológicas sobre a família, é o facto de poder reflectir para além da perspectiva de género, já que existem outros elementos que determinam esse lugar. A perspectiva teórica escolhida para o presente trabalho é a interseccionalidade, pois permite expandir o campo de análise, colocando-se em causa outros elementos constitutivos da identidade feminina que vão influenciar na sua forma de ser e estar.

De uma forma geral, o objectivo do nosso trabalho é: analisar o tipo de controlo dos recursos financeiros por parte da mulher pobre dentro dos agregados familiares no bairro periférico da cidade de Maputo. Para podermos atingir o objectivo proposto, pretendemos de uma forma específica, (i) conhecer as diversas formas que as mulheres possuem para aceder aos recursos financeiros, (ii) verificar a possibilidade que, diferentes grupos de mulheres, têm de controlar os recursos financeiros pessoais e do agregado familiar, (iii) avaliar a autonomia quanto ao uso desses recursos e na gestão de projectos pessoais.

No que concerne ao quadro conceptual, no presente trabalho optou-se pelo uso da perspectiva analítica dada pelos estudos de interseccionalidade. O conceito de interseccionalidade surge em oposição ao conceito de género e baseia-se no princípio de que a análise das desigualdades sociais não pode ser feita com recurso apenas a uma característica social, mas sim a partir de uma análise interseccional cruzando várias características geradoras de desigualdades em uma única análise, como género, raça e etnia etc. A maior crítica que a análise interseccional faz às análises de género é o facto de dela conceber as diferenças entre homens e mulheres como universais e por essa razão,

---

<sup>5</sup> As pesquisas em questão foram realizadas pelo Grupo de Pesquisa Saúde e Sociedade (GPSS) do Departamento de Sociologia, da Universidade Eduardo Mondlane.

conceber o grupo das mulheres como sendo homogéneo. Assim, a partir da perspectiva interseccional, surge a possibilidade de se alargar o campo de análise, e tomar em conta outro tipo de desigualdades existentes até entre as próprias mulheres, para poder compreender como é que um conjunto de diferenças determina o lugar da mulher dentro da estrutura familiar.

Para complementar a nossa análise, usamos os conceitos de diferença, autonomia e família. O conceito de diferença dá conta da existência de diferenças entre os indivíduos que não são necessariamente sinónimo de desigualdade social. A partir do conceito de diferença, olha-se para o grupo das mulheres como sendo um grupo heterogéneo, que é constituído por diversas condições sociais, resultantes de experiências concretas. A autonomia é definida como a capacidade que o indivíduo tem de tomar à si próprio as decisões sobre a sua vida. Este conceito irá nos permitir analisar a capacidade que as mulheres têm de decidir sobre o uso dos seus próprios recursos e do agregado familiar. As diferenças existentes entre as mulheres, levam-nas a ocupar lugares diferentes na estrutura familiar, que é ao mesmo tempo um espaço social, físico e simbólico onde indivíduos encontram-se em interação e estabelecem lógicas de vivências diversificadas.

A metodologia que usamos é quantitativa onde faz-se uma ligação e relação entre diversas variáveis de modo a se ter acesso a indícios concretos sobre as formas pela qual a mulher acede aos recursos financeiros e a possibilidade ou não que ela tem de controlar a gestão dos mesmos. Nessa linha de pensamento usamos como método de abordagem a indução, que tem como característica principal o facto de, a partir de algumas observações significativas, fazer-se generalizações sobre outros elementos não observados que possuem as mesmas características. Como método de procedimento usa-se o método comparativo e como técnica de recolha de dados usa-se a aplicação de inquérito por questionário. Teve-se como grupo alvo da nossa pesquisa todas as mulheres residentes no bairro Polana Caniço que possuem algum tipo de união com um conjugue (seja civil, tradicional, religioso, entre outros). Para aplicação dos questionários, usamos uma amostra de 30 mulheres, tendo sido validados apenas 21 questionários.

O trabalho encontra-se organizado em capítulos e subcapítulos. O primeiro capítulo traz a revisão da literatura, onde fazemos uma revisão dos estudos realizados sobre a família,

e sobre o lugar da mulher nesse espaço social. Usam-se como referências os estudos realizados, primeiro, em um contexto ocidental e depois em um contexto nacional de modo a contextualizar melhor a discussão. No segundo capítulo, apresentamos a discussão teórica que guiou a análise dos dados recolhidos no trabalho de campo. Para melhor contextualizar, iniciamos a nossa discussão com a exposição das principais etapas da análise das desigualdades entre homens e mulheres com recursos ao conceito de género, e de seguida apresentamos a perspectiva analítica que nos é dada pelo conceito de interseccionalidade.

No capítulo subsequente, apresentamos a metodologia, onde respondemos as questões sobre como, onde, com o que e quando a pesquisa foi realizada. Apresentamos neste capítulo as razões que nos levam a optar por essa metodologia. Apresentamos também os métodos de abordagem de procedimento e as técnicas de recolha de dados que foram utilizados.

No quarto capítulo fazemos a apresentação e interpretação dos dados recolhidos no campo de pesquisa. Nesse momento, apresentamos as principais descobertas do trabalho de campo, fazendo relação e comparação entre diversas variáveis e interpretamos os mesmos resultados, mostrando a sua importância para o estudo. No quinto capítulo fazemos a leitura teórica dos resultados de campo. A mesma é feita com base na revisão da literatura e da teoria e os conceitos apresentados no quadro conceptual. Encerramos o nosso trabalho com as considerações finais, onde, de uma forma geral, mostramos o que os dados de campo nos ajudam compreender neste momento e demonstramos a confirmação ou não das hipóteses.



## **Capítulo I: Revisão da Literatura**

Nesta parte do trabalho, fazemos uma revisão dos estudos relacionados a discussão sobre o lugar da mulher na família, e a forma como ela é representada nesse espaço social. Dado que este é um tema que sempre fez parte desde a fundação dos estudos sociológicos sobre a família<sup>6</sup> fazemos uma revisão tendo base estudos feitos em um contexto ocidental, onde o feminismo como ciência e como movimento surgiu, de seguida nos basearemos em estudos feitos no Brasil, como ilustrativo de um país onde as transformações sociais ocorridas provocaram mudanças no papel da mulher na família, e por fim analisamos os estudos realizados no contexto Moçambicano<sup>7</sup>.

### **1.1 As primeiras mudanças na estrutura familiar e no lugar da mulher**

Na sua obra, *Sociologia da Família*, Seraceno (1988) faz um estudo histórico-comparativo da família, onde a partir dos contextos europeu e norte-americano dá-nos uma visão sociológica, antropológica e etnológica dos papéis da família enquanto agente económico e sócio cultural. Um dos temas do estudo é concernente a família e o trabalho, onde analisa a interdependência entre as relações familiares e o mercado do trabalho, com enfoque especial ao papel da mulher no seio dessas relações.

A família é um espaço social, relacional, físico e simbólico, pois é lá onde o indivíduo torna-se ser social, e a partir das relações que estabelece com os outros membros familiares, constrói uma maneira própria de ver e de encarar a realidade. A família é a maior unidade de diferenças, em medida provavelmente maior que qualquer outra instituição social. A diferença, é entre sexos e gerações, sobretudo entre sexos. É aí onde se constroem as diferenças sexuais entre homens e mulheres, atribuindo-se valores e papéis distintos aos indivíduos de cada sexo, e essas distinções são tomadas como constituintes “naturais” da organização social global. Assim, as diferenças simbólicas entre sexos são construídas na família e projectadas para a sociedade como um todo (Seraceno, 1988).

---

<sup>6</sup> Os estudos sociológicos sobre a família iniciaram-se logo após a fundação da sociologia como ciência, esta que se depois nos finais do século XIX logo após a revolução industrial no ocidente (Turner 1999).

<sup>7</sup> Apresentaremos as contribuições literárias de Seraceno (1988) Dubby e Perrot(1991), Costa e Androsio (s/d) Hintz (2001) Santana (2010) Andrade *et All* (1998) Casmiro (2011), Loforte(2000) Costa (2005).

Na sua análise sobre a família europeia e norte americana, a autora constata que, depois da revolução industrial ocorreram mudanças significativas nas estruturas familiares destas regiões, nas relações familiares e no papel da mulher. A família deixou de ser a unidade produtiva principal, função que esta exercia antes da revolução industrial. Com a revolução industrial os seus membros da família são obrigados a procurar trabalho assalariado fora da unidade produtiva. Desta forma, passa a haver uma interdependência entre funcionamento do mercado do trabalho e a organização familiar. Nos primeiros anos da revolução industrial os homens dominavam o mercado de trabalho na plenitude, e traziam os recursos ganhos para dentro da família, e as mulheres eram responsáveis pelo espaço doméstico, tendo como função principal cuidar das tarefas domésticas e da educação dos mais novos e cuidados dos idosos. Mas devido as mudanças ocorridas no âmbito tecnológico e nas necessidades do mercado de trabalho, começam a surgir, em primeiro lugar no norte da América e depois na Europa, situações em que as mulheres são chamadas a participar no mercado do trabalho devido as necessidades do próprio mercado, mas esta participação é em tempo parcial, é quando a mulher passa a trazer recursos financeiros para dentro de casa. Por volta dos anos 1960 e 1970, no ocidente, passa a falar-se de mulheres com dupla jornada de trabalho, o doméstico o qual não podia em hipótese nenhuma deixar de realizar, e o assalariado fora de casa que algumas vezes era chamada a realizar. Esta dupla função que as mulheres assumiram mostra que:

“A participação no mercado de trabalho, por parte dos vários membros da família é condicionada, portanto, não apenas pela qualidade de procura de trabalho, mas também pela divisão de trabalho familiar e pelas relações na família, quer em termos de responsabilidades partilhadas, quer em termos de poder e de definição dos espaços de autonomia de cada um” (Seraceno, 1988, p:179).

Portanto, essa relação entre família e mercado de trabalho vai ser estruturada pelas relações de género, que têm como uma das formas de expressão a divisão de papéis familiares entre os sexos.

Essa estrutura social baseada no género, vai se estender para a maneira como o consumo ou seja, o gasto dos recursos ganhos pelos membros da família será gerenciado. Essa gestão passa a exprimir valores culturais, no tempo e no espaço, bem como a forma como seus membros gerem os recursos familiares. Citando um estudo de Tilly e Scott de 1981, Seraceno mostra que de princípio a gestão dos recursos familiares era feita pela família em conjunto, os rendimentos eram individuais mais todos eram drenados

para uma conta comum. Porém, **em outros países**, pesquisas mostraram que há diferentes critérios de redistribuição desses recursos que são drenados para conta em comum. Na França, por exemplo, essa redistribuição favorecia aos homens e aos chefes de família. Há situações em que a mulher “dona de casa” lhe é dada autoridade para gerir os recursos da “bolsa comum” mas este poder de decisão aparece relacionado ao seu papel de responsável pelas tarefas domésticas, tendo que usar os recursos na sua totalidade para suprir as despesas domésticas, renunciando muitas vezes as necessidades individuais a favor dos consumos domésticos. Portanto esse poder de decisão sobre o dinheiro da caixa comum, aparece mais como um “dever”, do que um “poder” de decisão de facto.

Um outro aspecto levantado, é que nas famílias ocidentais no início da segunda metade do século XX, em caso das mulheres trabalharem, sempre são elas que colocam todo o seu dinheiro na caixa comum, enquanto que os homens, habitualmente colocam-no depois de descontar uma parte para si. Desta forma fica claro que a questão da decisão sobre o gasto dos recursos financeiros na família, não é um processo neutral, está ligado questões de hierarquias e autoridade entre os membros da família (Seraceno, 1988).

Depreende-se do trabalho acima apresentado, que o lugar da mulher dentro da estrutura familiar é definido em função da divisão sexual do trabalho. A família apresenta-se como uma estrutura hierárquica onde cada membro possui uma posição, posição esta que é projectada para a sociedade. Mesmo com a sua entrada no mercado de trabalho, o seu papel de responsável pelas tarefas domésticas, vai ser incorporado a nova dinâmica de mulher trabalhadora fora de casa, mas nunca substituída por uma outra forma de divisão de tarefas.

Duby e Perrot (1991), destacam a importância das duas Grandes Guerras ocorridas no século XX<sup>8</sup>, para o desencadeamento de processos de mudança na estrutura social baseada no género. Durante as duas guerras, as mulheres foram chamadas, através de um processo de mobilização realizado pelos países em luta, a ocupar vários lugares na sociedade, lugares estes que tradicionalmente lhes eram vedados por serem considerados masculinos<sup>9</sup>. Com a participação nestes sectores, elas puderam ter

---

<sup>8</sup> 1ª e 2ª Guerra Mundial, ocorridas entre os anos 1914-1918 e 1939-1945, respectivamente.

<sup>9</sup> É o caso de profissões como: condutor de transportes, operária em fábricas de munição, agricultoras, chefia familiar, entre outras.

consciência das suas capacidades físicas e mentais em lidar com diversos aspectos da sociedade, os quais elas eram consideradas incapazes de lidar e por essa razão não lhes era permitida a participação nos mesmos. Na família a mulher tomou conta da liderança familiar, do controle dos orçamentos, ora com base nos abonos que eram dados as esposas dos soldados, ora nos salários que auferiam. Portanto, com a ausência do homem, que se encontra na guerra, a mulher torna-se o sujeito principal da família, dotada de uma independência financeira e “política”. Estas situações, despertaram nas mulheres o sentimento de mudança através de uma auto-consciencialização das suas capacidades como ser social.

Contudo, durante os tempos de guerra, a entrada da mulher no mercado do trabalho não foi automática. Foi necessária uma luta, que passava pela demonstração, por parte das mulheres, da capacidade de ocupar os “lugares” deixados vazios pelos homens. Mesmo com essa entrada no mercado de trabalho, elas não eram tidas como “mulheres trabalhando”, mas sim como “mulheres fazendo trabalho de homem” e por essa razão ocorreu o que os cientistas chamaram de “masculinização da mulher trabalhadora<sup>10</sup>”, que era para deixar claro que o trabalho que estava sendo desempenhado continuava sendo essencialmente masculino. Com o fim da guerra, as mulheres foram “devolvidas” para o seu lugar tradicional de submissão, e várias vezes foram acusadas de oportunistas. Fazê-las voltar ao “seu lugar de submissão” era uma espécie de “vingança social” por parte dos homens, que viram os seus lugares tradicionais “invadidos” (Duby e Perrot, 1991).

Apesar do seu carácter conservador, as guerras, posteriormente, serviram para desencadear movimentos de mudança social com vista a questionar os lugares do masculino e do feminino na sociedade. Depois da experiência durante a guerra, as mulheres voltaram a trabalhar no seu projecto antigo de emancipação. Desta forma, havia mais razões para se reivindicar uma igualdade de direitos na família e na sociedade, pois já se tinha experienciado concretamente que elas podiam ter uma vida social própria, sem ser necessariamente ser a “sombra do homem”. É por essa razão que explodem, nos anos 1950, na Europa e nos Estados Unidos da América, movimentos feministas reclamando vários direitos que não eram concedidos as

---

<sup>10</sup> Uma das formas da masculinização da mulher trabalhadora, é o uso de roupa masculina durante o horário do trabalho. Não foram adoptadas roupas e nem ferramentas femininas, mantendo o ambiente tradicional do ambiente de trabalho essencialmente masculino.

mulheres. É graças a esses movimentos que as mulheres passaram a ter uma vida autónoma, com, entre outros direitos, direito ao voto independentemente da sua condição civil<sup>11</sup>. Esta alteração no estado civil da mulher repercutiu-se na estrutura familiar provocando profundas alterações na mesma (Dubby e Perrot, 1991).

Os autores, Costa e Androsio (s/d), afirmam que a mudança nos lugares “tradicionais” ocupados pelos homens e mulheres na família, mudaram em primeiro lugar no ocidente, devido essencialmente a três factores: (i) a entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho; (ii) o planeamento familiar através do controle reprodutivo e o advento da pílula anticoncepcional e (iii) a influência do movimento feminista. As necessidades económicas da família e a demanda de mais trabalhadores, ditou a entrada da mulher no mercado de trabalho, passando assim a participar em um espaço social que antes da década 1960 não era comum a sua presença. Aliado a isto, os métodos de controle reprodutivo aumentaram a sua eficácia e passaram a ser mais frequente. Isto permitiu a mulher poder controlar a reprodução, passando a poder decidir quando e se quer ter filhos. Os movimentos feministas que surgiram no ocidente questionaram a essencialidade das diferenças entre homens e mulheres, e reclamavam mais igualdade de direitos e de poder decisão entre os dois. Foram essas razões que levaram com que a mulher ganhasse mais visibilidade e participação política nas decisões familiares.

Tal e qual como Seraceno, Costa e Andrósio constataam que mesmo após as grandes conquistas da mulher e dos avanços tecnológicos e culturais, o lugar da mulher ainda é de subalternidade dentro da estrutura hierárquica da família. É verdade que na contemporaneidade, os papéis pré-estabelecidos dentro da família mudaram, tendo a mulher mais individualidade e mais possibilidade de lutar pelos direitos de igualdade, mas na essência, o papel dela ainda permanece ligado a traços tradicionais. A prova disso é que mesmo com a sua entrada no mercado de trabalho, e com a sua participação no orçamento familiar, ela ainda é vista como cuidadora da família e responsável pelo zelo da casa, acumulando assim uma dupla jornada de trabalho. O que aconteceu no Ocidente logo após os anos 1960, é que a desigualdade de género não foi extinta, mas sim repensada, e a divisão de papéis entre homens e mulheres, que é uma das formas de

---

<sup>11</sup> O direito de voto as mulheres foi condedido em 1956, na Holanda, 1957 na Irlanda, 1958 na Bélgica, 1944 na França.

materialização das desigualdades de género, ganhou novas formas, onde ela além de trabalhar fora de casa, passa a acumular as obrigações domésticas.

## **1.2 O lugar da mulher na família e as mudanças na sociedade Brasileira**

Dentro da generalidade das mudanças ocorridas na sociedade, e conseqüentemente na família, tomamos a título de exemplo o Brasil, uma sociedade emergente onde as relações sociais se alteraram no tempo e no espaço de forma mais rápida, com vista a mostrar como é que as mudanças no contexto geral foram sentidas na família, particularmente no que concerne ao lugar da mulher nesta estrutura social.

Santana (2010) mostra que as mudanças ocorridas no Ocidente afectaram as estruturas sociais brasileiras, em particular a família, de tal modo que as mulheres passaram a desempenhar as funções tradicionalmente masculinas, como a entrada no mercado de trabalho o garante da providência familiar. Mas estas mudanças, ocorreram sem que as diferenças entre homens e mulheres na família brasileira fossem eliminadas. A pesquisa levada a cabo pela autora, mostrou que mesmo em situações onde a mulher é a provedora do lar, nem sempre ela é a chefe da família, visto que o chefe é a autoridade maior, impõe respeito, é construção cultural e social e, estas atribuições cabem ao varão, enquanto à mulher compete, porque assim foi educada, a ser mãe-esposa-dona de casa e provedora econômica da sua prole. A chefia feminina da família é discriminada, ao passo que no caso contrário é vista como normal. O que acontece nos tempos modernos é uma cumulação de tarefas por parte das mulheres. Esta desigualdade intermitente entre homens e mulheres é determinada pelas diferenças de género. As diferenças de género determinam e são a base das desigualdades sociais, e são culturalmente construídas, e por essa razão, mesmo quando a mulher trabalha, ela é subalterna ao homem.

Borsa e Feil (2008), outros autores brasileiros por nós destacados, preocuparam-se com a reinvenção do papel da mulher na contemporaneidade. O objectivo principal dos autores, é discutir a construção social da maternidade assim como compreender os novos papéis que vem sendo atribuído as mulheres no mundo contemporâneo. Os autores afirmam que em um modelo tradicional de família, o principal papel atribuído á mulher é da maternidade e esta constitui a sua primeira e principal identidade. A maternidade é vista como o ideal máximo da mulher, caminho da plenitude e da sua realização, e por essa razão deve renunciar todos os seus prazeres para se dedicar a um

único prazer: procriar e cuidar dos filhos. Esse papel ganhou corpo na sociedade brasileira e passou a ser o elemento chave para o seu reconhecimento a nível social.

Esses papéis foram colocados em causa nos meados do século XX, com o trabalho feminino fora de casa e a emergência dos movimentos feministas. Esses fenômenos provocaram alteração nos papéis de homens e mulheres, dando-lhes mais igualdade. Por essa via, a maternidade deixou de ser o principal elemento de identificação das mulheres. O papel de mãe protetora deu lugar ao papel de mulher trabalhadora que além de preocupar-se com a maternidade preocupa-se também com a sua auto-realização profissional. Mas é preciso considerar também que estas mudanças vêm ocorrendo devagar na sociedade brasileira, pois, apesar de a maternidade ter deixado de ser um “destino natural e desejável” das mulheres, ela ainda é associada a ser uma “verdadeira mulher”. Assim, a necessidade de ter uma carreira profissional bem-sucedida e ao mesmo tempo cumprir com o papel de mãe e esposa, abre um espaço de conflitos na personalidade da mulher, pois ela não quer falhar em nenhum dos campos. Portanto, a pressão sobre a mulher aumenta na época actual, pois ela possui vários papéis, e identidades a desempenhar, várias vezes elas acabam optando por voltar ao seu anterior papel de mãe e esposa, um lugar de subalternidade dentro da família (Borsa & Feil, 2008).

Hintz (2001) analisa as mudanças ocorridas nas famílias brasileiras durante o século XX. A família é uma instituição dinâmica que vai se alterando sempre em função das mudanças estruturais. Desta forma, o papel que a mulher ocupa dentro da família vai-se modificando de tempo em tempos. No início do século XX a família era caracterizada por um sistema de hierarquias, que dava ao homem mais poder e a responsabilidade de sustentar o lar como sendo único trabalhador dentro de casa, e a mulher cabia um lugar de subalternidade e obediência ao homem. Mas esta situação foi se alterando no início das décadas 1950 e 1960. As razões da mudança são essencialmente as seguintes: (i) as necessidades económicas da família que levaram a entrada da mulher no mercado de trabalho, (ii) o advento do movimento feminista assim como o avanço tecnológico que deu a mulher a capacidade de controlar a reprodução. Essas situações geraram reformulações nos papéis masculino e feminino dentro da família.

Dessa mudança, pode-se destacar a tendência para a igualdade entre homens e mulheres dentro da família, assim como uma crescente “superioridade” da mulher. O sistema



hierárquico que ora caracterizava a família brasileira, foi se modificando configurando uma maior relação entre iguais, valorizando-se mais as individualidades e os cônjuges passaram a ter maior poder de escolha. A mulher passa a participar de mais espaços, e abre o seu campo de acção estendendo-o para fora do agregado familiar. Assim, ela passou a ganhar mais autonomia e até chegando a assumir funções que não lhe competiam dentro da família. Citando uma pesquisa feita no sudeste do Brasil, a autora constata o crescimento de famílias chefiadas por mulheres mesmo existindo a figura masculina dentro de casa. Esta situação da chefia feminina, dá-se devido a uma maior possibilidade de discussão que a mulher passou a ter com a sua entrada no mercado de trabalho, podendo chegar ao consenso com o seu marido de que ela é que deve chefiar o agregado, ou mesmo por obrigação social devido a situações de desemprego do marido.

Em resumo, os estudos apresentados até aqui nos mostram a existência de uma reinvenção do papel da mulher dentro da família. Quanto aos marcos de mudança os autores são consensuais e todos identificam como sendo os principais marcos a (i) a entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho; (ii) a segunda guerra mundial, (iii) o planeamento familiar através do controle reprodutivo e o advento da pílula anticoncepcional e (iv) o advento do movimento feminista. Porém, quanto as consequências desses fenómenos no lugar da mulher não há uma visão comum entre os autores. Seraceno, Costa e Androsio, Borsa e Santana, estão de acordo ao mostrar que a divisão sexual de trabalho, que é a materialização das relações desiguais de género, mantém mesmo com os avanços culturais e tecnológicos verificados nos meados do século XX. Assim sendo, mesmo em situações onde a mulher é trabalhadora submete-se ao sistema e ao seu papel de mãe e esposa e zeladora do lar assim como a subalternidade do marido. Ou seja, o sistema hierárquico tradicional de homem “provedor” e mulher “zeladora do lar”, não desapareceu apenas reinventou-se incorporando a nova característica de mulher trabalhadora. Porém, Hintz, constata que de facto houve mudanças e há situações cada vez frequentes onde mulheres que adquirem maior capacidade de discussão dos seus direitos devido a sua escolarização, e a sua entrada no mercado de trabalho, e por isso tem o total controlo do comando familiar mesmo com a presença masculina dentro de casa e socialmente esta situação já é aceite em algumas regiões.

Em nossa reflexão, adoptamos a perspectiva de Costa (2005) segundo a qual, a questão dos papéis de homens e mulheres é muito contextual e depende dos instrumentos usados na investigação, daí que fica difícil chegar a uma conclusão final sobre o lugar que a mulher actualmente ocupa em diversos espaços sociais .

### **1.3 O lugar da Mulher na Família no Contexto Moçambicano**

Quanto ao contexto Moçambicano, a discussão sobre o lugar da mulher na estrutura familiar é bastante activa. Andrade (1998), na sua obra sobre “*Famílias em contexto de Mudanças em Moçambique*”, procura estudar, dentre várias questões, a forma como representam as mudanças que acontecem ao nível estrutural no país, e como essas representações afectam as vivências reais da família. As investigações são feitas nas zonas rurais e urbanas da zona sul de Moçambique, e centram-se em três temáticas: acesso e controle de recurso, estratégias de sobrevivências e redes sociais.

Caracterizando as famílias do sul de Moçambique, a autora afirma que a zona sul é composta por famílias que se organizam respeitando um modelo patriarcal, sistema que confere aos seus membros posições diferenciadas na estrutura familiar. A posição que a mulher ocupa, seja em famílias alargadas, assim como nuclear, é definida a partir de uma divisão sexual do trabalho e de reprodução, o que significa que a mulher ganha uma identidade através das suas funções de mãe e de esposa. Assim, o sistema hierárquico na família é condicionado pela categoria sexo/género, atribuindo as mulheres uma categoria inferior em relação ao homem. Este sistema não só verifica-se a sul do país, mas também nas sociedades matrilineares a norte do país, o sistema de sexo/género é o principal estruturante das relações familiares.

É a posição ocupada pela mulher (de subalternidade) que vai definir a forma como a mulher vai aceder e controlar os recursos da família, tanto em zona rurais assim como nas zonas urbanas. Nas zonas rurais, o principal recurso é a terra e este é acedido por via de herança, o que significa que o homem, por ser herdeiro legítimo dentro de um sistema familiar, define e controla o uso e a exploração da terra e a mulher apenas encontra-se como uma força de trabalho que produz para a família. Na zona urbana, a mulher é impelida muitas vezes a entrar no mercado do trabalho devido as necessidades do agregado familiar, mas como, pela divisão sexual do trabalho, ela ainda é responsável pelas tarefas domésticas e afectivas (cuidar dos filhos) acaba muitas vezes

por ingressar no mercado de trabalho informal, sector este muito precário e com baixos níveis de salário. Desta forma, por influência do lugar que a mulher ocupa na família, o mercado de trabalho informal acaba se mostrando como um lugar “natural” para as mulheres.

Mesmo com a mudança de contextos que faz com que a mulher aceda ao mercado de trabalho, um lugar que lhe era vedado, o sistema de controlo de recursos financeiros, que se baseia na desigualdade de género, ainda se mantém ou então reforça-se.

“Por outro lado, se a mulher acede mais aos recursos, o seu controle continua a pertencer á esfera masculina, quer se trate do marido ou do elemento masculino que na relação familiar ocupe uma posição dominante” (Andrade, 1998, p.53).

Algumas estratégias foram constadas no campo de pesquisa para que o homem exerça esse controle sobre a mulher, como é o caso de situações em que a mulher deposita todo o seu dinheiro para as despesas da casa, e o homem reserva uma parte para si, para gastos inteiramente individuais.

Casmiro (2011), também preocupou-se com o lugar da mulher dentro da família, e, o estudou a partir do acesso e controle dos recursos financeiros. A investigação realizada foi sobre o “*empoderamento económico da mulher*” realizada entre mulheres envolvidas em actividades associativas e geradoras de rendimento nas províncias de Sofala e Zambézia, e nos mostra as alterações que o acesso á recursos financeiros, por parte das mulheres, provocam no lugar que estas ocupam no espaço familiar. Segundo a autora, as alterações ocorridas a partir dos anos 1990 nos países do terceiro mundo, em particular Moçambique, levaram a deterioração das condições sócio económicas do país, o que levou com que as famílias procurassem novas alternativas de gerações de rendimento que permitissem cobrir as necessidades básicas da família. Foram essas mudanças ao nível estrutural que levaram gradativamente as mulheres para o mercado de trabalho, ou a desenvolverem actividades que permitissem uma geração de rendimentos. Esta situação veio provocar uma alteração no lugar que a mulher ocupa na família, pois o mercado de trabalho lhe estava vedado pelas convecções tradicionais. Esta mudança, não caracterizou-se pela perda do seu papel reprodutivo e de responsável pelas actividades domésticas, mas sim veio criar uma acumulação de papéis na mulher, pois esta continuava com a responsabilidade pelo espaço doméstico e lhe era acrescentado um novo papel que é de mulher trabalhadora.

Mesmo com esse encargo de papéis, há mudanças significativas no lugar da mulher na família. O acesso ao mercado do trabalho, o que significa acesso a recursos financeiros desencadeia um processo de *empoderamento feminino* passando a mulher ter mais possibilidade de negociação, autonomia e visibilidade nas relações de poder na família. Há mulheres que vivem com os seus maridos e que ganham a possibilidade de agir com independência, mantendo orçamentos separados e tendo capacidade de decidir sobre os seus recursos sem entrar em conflito com os seus maridos (Casmiro 2011).

Entretanto, não se deve generalizar este fenómeno (empoderamento feminino). “o processo de participação na tomada de decisões é moroso, implica negociação e conflito, relações de poder entre os vários actores em presença”(Casmiro, 2011 p. 12). É por essa razão que existem mulheres que realizam actividades de geração de rendimentos, continuam responsáveis pelas tarefas domésticas, mas sem qualquer visibilidade ou reconhecimento por parte da família. A mudança do lugar da mulher na família, fica condicionada pelas experiências e os processos históricos da região em que essas mulheres se encontram.

Em uma outra perspectiva, Costa (2005) realizou uma pesquisa em cinco (5) bairros da periferia da cidade de Maputo, onde investigou sobre as estratégias de sobrevivência e reprodução social das famílias destes bairros, articulando a avaliação da efectiva capacidade de controlo de recursos que os homens e mulheres da família exercem, com as representações sociais e culturais e com a auto percepção que os membros da família têm do poder que exercem ou ao qual se submetem.

A pesquisa demonstrou que na periferia da cidade de Maputo, devido carências económicas das famílias que vivem nesses bairros, as mulheres desempenham actividades geradoras de rendimento para poder complementar o défice financeiro deixado pelo seu marido. A crescente formação escolar das mesmas, influencia para a ocorrência frequente do fenómeno (desempenho de actividades geradoras de rendimento). Essas actividades são muita das vezes no mercado informal, que é para não poderem abondar o seu papel tradicional de mãe, esposa e zeladora do lar. Assim, as mulheres passam a constituir um elemento essencial nas estratégias económicas, e tem a responsabilidade, também, de prover ao sustento alimentar básico da sua família, responsabilidade esta que é dada ao homem.

No que concerne ao controle dos recursos adquiridos pelas mulheres, a autora não tem uma constatação conclusiva, mas afirma ter encontrado várias situações de conflitos gerados entre homens e mulheres por causa do destino a ser dado ao dinheiro ganho pelas mulheres. Por essa razão, a autora afirma que “*a autonomia da mulher pode ainda traduzir-se numa capacidade limitada para mobilizar recursos (humanos e materiais) e num aumento consequente de responsabilidades face a si e aos seus filhos e num maior isolamento social*” (Costa, 2005, p.09). Por fim, conclui-se que existem efectivamente mudanças no lugar que a mulher ocupa na família, mas estas mudanças ocorrem em múltiplos sentidos. Há um crescimento relativo do espaço feminino face ao masculino, mas devido ao contexto social, que é marcado pelas desigualdades nas relações de género, que subalternizam o papel social da mulher face ao do homem, a mulher continua exercendo o seu papel tradicional de mãe, esposa e subalterna do marido.

Loforte (2000) procura analisar as mudanças ocorridas nos *modus vivendi* das famílias do sul do moçambique nas ultimas décadas. Segundo a autora, nas últimas décadas<sup>12</sup>, Moçambique registou fortes mudanças económicas e sociais que levaram a alteração dos modos de vida das famílias do sul do país. Essas mudanças ocorreram devido: (i) programas de reajustamento estrutural, (ii) impactos da guerra civil e (iii) mobilização crescente da população pelo país. A investigação, nos bairros periféricos da cidade de Maputo, zona urbana de mistura de culturas e pensamentos heterogéneos, mostrou que apesar das mudanças provocadas pelos fenómenos já mencionados, verifica-se a manutenção de certos valores ligados a tradição<sup>13</sup>. A tradição, que configura uma imagem de mulher subalterna dentro de casa e ao mesmo tempo uma autoridade e dominação masculina não se alterou, ela foi reajustada a essa nova realidade, e continua organizando a vida quotidiana dos indivíduos. É por essa razão que constatou-se que no dia-a-dia, continua a cargo do homem a definição de estratégias de controle da vida da mulher em diversos aspectos como: a sexualidade e a capacidade reprodutiva das

---

<sup>12</sup> 1980,1990

<sup>13</sup> A autora deixa expresso em sua obra, que tradição referem-se a expressões culturais acumuladas durante um passado histórico de um determinado povo, e que tem como função a ligação do povo com o seu passado.

mulheres, o casamento, e nas práticas religiosas e tradicionais. Portanto, mesmo com as mudanças estruturais o patriarcado continua sendo um sistema dominante na cidade de Maputo, e vai se ajustando a cada contexto social ganhando novas caras e novas formas de se apresentar.

A tradição, que configura essa desigualdade entre homens e mulheres, ainda mantém-se viva pelo facto dela desempenhar funções sociais que fazem sentido se analisada do ponto de vista da população investigada. Essa tradição, acima de tudo, estabelece uma relação com o passado, é geradora de continuidade com o passado e por isso impõe normas de acção individuais e colectivas que foram transitando de geração em geração. O ambiente urbano expõe aos indivíduos a novos estilos de vida, dando a possibilidade destes romperem a sua tradição, mas devido a pressão dos valores sociais, tais possibilidades ficam bastante reduzidas a somente um estilo de vida, aquele que o ligo ao seu grupo social, e este ao passado.

Dos estudos realizados no contexto moçambicano, temos a destacar crescente importância que o tema ganhou no país, principalmente com o surgimento de várias organizações não-governamentais que lutam pela igualdade das mulheres.<sup>14</sup> Podemos constatar que em Moçambique também predomina o sistema hierárquico dentro da família que confere mais poder ao homem e um lugar de subalternidade a mulher. Enquanto o marco de mudança no Ocidente se deu por volta dos anos 1950 e 1960, em Moçambique tal só se deu a partir dos anos 1990 com a: (i) migração para as cidades, (ii) a permissão de entrada de organizações não-governamentais no país, (iii) as necessidades económicas e (iv) a crescente escolarização. Estes fenómenos levam a mulher, principalmente da zona urbana, a se inserir no mercado de trabalho, local que tradicionalmente lhe era vedado.

As mudanças ocorridas nas famílias moçambicanas não estão bastante claras, mas elas indicam-nos que o sistema hierárquico que confere a mulher um lugar de subalternidade continua constituindo a base das relações familiares. Para Andrade (1998), a entrada da mulher no mercado do trabalho veio acrescentar um novo papel a mulher, tornando-se ao mesmo tempo trabalhadora e zeladora do lar, mas o seu lugar de subalternidade não foi alterado, tanto que o sistema de controlo de recursos financeiros, nas famílias onde a

---

<sup>14</sup> WLSA, Fórum Mulher,

mulher trabalha, ainda se baseia no sistema social da desigualdade de género. Costa pondera suas reflexões e afirma que há mudanças no lugar da mulher dentro da família, pois o seu campo alargou-se para fora da esfera doméstica, mas este lugar continua sendo o de subalternidade, apesar de surgirem certas mulheres que tentam contrariar essa posição. É por essa razão que o controle de recursos financeiros tem sido gerador de conflitos, pois ainda se está sobre um sistema familiar onde o homem é que deve controlar todos os recursos da família, ou seja, seguindo as reflexões de Loforte (2000), um sistema baseado na tradição patriarcal que confere uma dominação masculina e subalternidade feminina.

Diferentemente de Costa e Andrade, Casmiro (2011) afirma que o acesso a recursos financeiros desencadeia um o processo de *empoderamento feminino* passando a mulher ter mais possibilidade de negociação, autonomia e visibilidade nas relações de poder na família e por essa razão chega mesmo a manter orçamentos separados e tendo capacidade de decidir sobre os seus recursos sem entrar em conflito com os seus maridos. A constatação de Casmiro nos induz a concluir que houve mudanças no lugar da mulher dentro da família.

Para esta situação, voltamos a lembrar a citação de Costa (2005) que nos leva a tomar em conta o contexto dos estudos realizados e a forma como foram conduzidos. Enquanto Costa e Andrade realizaram os seus estudos na periferia da cidade de Maputo, mas em tempos diferentes, Casmiro realizou o seu estudo em associações de mulheres nas províncias de Sofala e Zambézia, em contextos rurais. Esta situação pode ajudar a compreender a discussão que se mantém nessa área, inclusive a própria Casmiro, na obra em questão, chama atenção para se levarem em conta as experiências e a situação social em que vivem as mulheres e as populações em estudo.

Portanto é neste contexto em que se insere a nossa investigação, um contexto de incertezas sobre o lugar em que a mulher ocupa na família. Vários autores apresentados procuram estudar esse lugar a partir do papel que a mulher desempenha na estrutura familiar. O nosso trabalho pretende contribuir para este debate ao pesquisar o lugar que a mulher pobre ocupa no espaço familiar tomando como elemento de análise a possibilidade de controle de recursos financeiros que ela tem na família. Além do que a perspectiva teórica por nós escolhida “abre” o campo dessa discussão ao colocar em

causa as variáveis como idade e a ocupação da mulher, variáveis que não foram devidamente ou comparativamente analisadas.



## **Capítulo II: Do Feminismo a Interseccionalidade**

## **2.1 A mulher no feminismo e na perspectiva de Género**

Com o presente subtítulo, pretendemos reflectir sobre a forma como o lugar da mulher é reflectido teoricamente em algumas abordagens feministas, que marcaram os estudos de género. Centramo-nos nas abordagens feministas pois foi através desses estudos que aspectos do comportamento feminino começaram a ser discutidos teoricamente. Surgem a partir daí outras formas de análise, entretanto as desigualdades sociais entre homens e mulheres são a tônica de discussão.

O feminismo surgiu primeiro como um movimento social, e em seguida as questões levantadas foram incorporadas pela esfera académica. Como movimento social o feminismo pode ser abordado enquanto um movimento de emancipação das mulheres, ou seja, que procura estabelecer no interior da sociedade a igualdade entre homens e mulheres no exercício dos seus direitos. O feminismo, como movimento social, surgiu nos finais do século XIX, no ocidente e uma das suas primeiras lutas era estabelecer o direito das mulheres a terem uma vida activa e política. Após as duas grandes guerras, por volta dos anos 1960 surge o feminismo como movimento científico. Esse caracteriza-se pela análise científica, do sistema de desigualdades sociais que tinha se estabelecido ao longo da história entre homens e mulheres, ou seja, tratava-se de uma explicação científica da luta pela emancipação da mulher e pela igualdade de direitos. O surgimento do feminismo como movimento científico é impulsionado essencialmente pelo elevado grau de instrução académica das mulheres, resultante das mudanças sociais e económicas que ocorreram no ocidente na era pós-guerra (Scott, 1985; Nicholson, 2000; Filho, 2004).

Foi com o surgimento do feminismo científico, nos anos 1960 que emergiu o conceito de género. Esse conceito, tinha usado em outros trabalhos, mas foi com o feminismo científico que ele passou a ser aplicado como ferramenta de análise científica que visa enfatizar a análise das desigualdades entre homens e mulheres, questionando a suposta essencialidade da diferença entre os sexos. O conceito de género pode ser compreendido como um conjunto de expectativas sociais que se tem acerca de comportamentos, valores, atitudes e sentimentos apropriados para homens e para mulheres. Essas diferenças percebidas, podem ser entendidas como um elemento constitutivo das relações de poder, onde o homem aparece como superior em relação a mulher, devido a construções sociais de determinadas culturas que enfatizam o papel masculino em detrimento do feminino. As desigualdades entre homens e mulheres são construídas

desde a família, e vão se projetando para outros campos sociais como o trabalho, a rua, a escola, entre outros. O conceito de género passou então a ser a ferramenta principal dos estudos feministas (Scott, 1985; Giddens 2004; Osório 2004; Nipassa 2010).

A história do feminismo, como movimento social e como movimento científico, conheceu momentos diferentes ao longo da sua história. Essa diversidade de momentos é resultante dos diversos contextos sociais e históricos em que a mesma se desenvolve, e é por essa razão que não é possível fazer um encadeamento temporal linear dos momentos que o feminismo conheceu. Centrando-se no feminismo científico, Scott (1985) destaca a existência de três posturas teóricas, que se pode observar ao longo da história, sobre como deve ser analisada a questão das desigualdades sociais entre homens e mulheres. Passamos a seguir a caracterizar cada postura teórica identificada pela autora.

<b>Posição teórica</b>	<b>Principais características</b>
Feminismo patriarcado	Aborda as desigualdades entre homens e mulheres como sendo resultado das suas diferenças físicas. Defendia-se que a fragilidade física da mulher, expresso muitas vezes no processo de reprodução, ou na reificação sexual das mulheres pelos homens, que leva-as a serem tratadas como objectos sexuais, estavam na base de todas as desigualdades existentes.
Feminismo marxista	Abordam a desigualdade de género como sendo resultado da divisão sexual do trabalho. As exigências da reprodução biológica eram vistas como determinantes da divisão sexual do trabalho pelo capitalismo. Assim, o sistema de género, e o sistema económico operavam simultaneamente para produzir as estruturas sócio-económicas e de dominação masculina. Num primeiro momento, o género é tido como independente, sem possuir nenhuma relação causal com o sistema capitalista, porém a estrutura de género sempre foi vista como resultado das estruturas económicas e sociais.

Teorias pós-estruturalistas e de relação do objecto	Aborda a desigualdade do género como sendo resultado de um processo psicanalítico de aprendizagem diferenciada entre homens e mulheres. Estas teorias centram-se nas primeiras etapas do desenvolvimento da criança com o objectivo de encontrar indicações sobre a formação da identidade de diferenciada de género. As análises das relações objectais, centram-se na influência das relações concretas, principalmente com a palavras, ao passo que para a pós-estruturalistas a linguagem não designa unicamente as palavras, mas os sistemas de significação, as ordens simbólicas que antecedem o domínio da palavra propriamente dita.
---	---

Um marco teórico na análise de género foi com certeza o trabalho de Pierre Bourdieu (1999) que se encontra expresso na sua obra “*A dominação Masculina*”. Para Bourdieu as desigualdades entre homens e mulheres encontram-se nas representações simbólicas dos dois sexos, que se inserem tanto no *habitus* masculino e feminino, isto é, encontram-se nas pré-disposições corporais, emocionais e mentais construídas e reproduzidas, inconscientemente, pelas estruturas sociais legitimando desta forma a dominação masculina.

“É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) dando reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber para a domesticação dos dominados” (Bourdieu, 1999:12).

As pré-disposições manifestam-se a partir do momento em que o sexo define se um indivíduo será dominado ou dominante. Logo de seguida verifica-se um processo de cristalização dessas ideias através de ensinamentos que desaguam numa percepção social de uma masculinidade forte, viril e dominante sobre uma feminilidade frágil que se curva perante o seu dominador. Esta dominação masculina é muito mais simbólica do que física, ela se exerce como se fosse uma “magia” sem qualquer coação física. A feminilidade submissa reconhece o domínio por meio de acções, por vezes contra sua

vontade, enraizadas no corpo formado e conformado em emoções tais como: vergonha, respeito, humildade e tantas outras. A feminilidade submissa aceita “docemente” a dominação masculina como se esta fosse natural. Essa submissão é resultado de uma incorporação das normas e valores sociais que fazem a mulher achar que é menos importante em relação ao homem, e tornam essa dominação duradoira (Bourdieu, 1999).

Foi neste contexto científico em que o conceito de interseccionalidade surgiu no campo das desigualdades sociais de género, com vista a criticar a forma binária e dualista como as desigualdades sociais entre homens e mulheres estavam sendo analisadas pelas diferentes posturas teóricas do feminismo. As análises com recurso a interseccionalidade vem propor uma reflexão com recurso a mais de uma categoria geradora de desigualdade, que não seja exclusivamente o sexo.

## **2.2 Interseccionalidade: uma perspectiva analítica**

O conceito de interseccionalidade surge nos anos 1990 e baseia-se no princípio de que a análise das desigualdades sociais não pode ser feita com recurso apenas a uma característica social, mas sim a partir de uma análise interseccional cruzando várias características geradoras de desigualdades em uma única análise, como: género, raça e etnia.

Para os interseccionalistas os estudos baseados no conceito de género possuem alguns pontos de penumbra tais como: a universalidade que é dada a distinção entre homens e mulheres, e ao facto de considerar o grupo das mulheres como sendo um grupo homogéneo. A consequência de tal análise é de não abrir espaço para se compreender outras desigualdades que são geradas na medida em que algumas sociedades caminham para uma “igualdade de género”, principalmente entre as próprias mulheres. Estas desigualdades são geradas em simultâneo devido a distinções como de classe, raça, etnia, entre outras (Branco, 2008; Pisteli, 2008).

A proposta de se reflectir a partir do conceito de interseccionalidade baseia-se no conceito de “diferença” ou seja, fazer uma análise com recurso a diversas categorias que constituem a diferença entre os indivíduos. Por exemplo, ao invés de se usar isoladamente a categoria de sexo, raça, etnia, fazer-se-ia uma análise cruzada onde são incluídas uma ou mais categorias geradoras de diversidade, fazendo deste modo uma

análise interseccional onde vão se reconhecer as diferenças existentes e como elas se articulam entre os diversos grupos de mulheres.

“Com a interseccionalidade reconhece-se a diferença e a diversidade entre as mulheres, que são vistas como possuindo uma identidade complexa, combinando diferentes elementos, tais como classe, raça, género ou sexualidade. A “interseccionalidade” é, pois, uma ferramenta de análise que nos ajuda a perceber como diferentes conjuntos de identidades têm impacto na forma como se acede aos direitos e às oportunidades” (Branco, 2008 p. 08).

Em suma, com o conceito de interseccionalidade tem-se a oportunidade de abandonar o pensamento único e dicotómico sobre o poder, e ganhar uma postura analítica que permite relacionar diversas dimensões, estruturas e dinâmicas que conduzem a múltiplas formas de diferenciação. A partir da interseccionalidade pode-se verificar como o género se intersecta com outras identidades geradoras de distinção, e como estas contribuem para experiências únicas de opressão e privilégio.

No presente trabalho, o conceito interseccionalidade irá nos permitir analisar e estabelecer uma relação entre diversas estruturas que condicionam, por exemplo e no nosso caso, o controle dos recursos financeiros por parte das mulheres. Pretende-se verificar como o facto de ser mulher, ser mais nova ou mais velha, ter acesso ou não ter acesso a uma fonte de renda, se intersectam, e como estas condicionam o controle dos recursos financeiros por parte deste grupo heterogéneo que são as mulheres.

### **2.3 Conceitos Analíticos**

Apartir da discussão acima apresentada, entendemos que devemos trabalhar com os seguintes conceitos:

(i) **Diferença** - O conceito de diferença foi cunhado essencialmente pela autora Avtar Brah (2006), e encontra-se ligado a análise interseccional das desigualdades sociais. Segundo a autora, diferença se refere à variedade de maneiras como discursos específicos são constituídos, contestados, reproduzidos e resignificados. Algumas construções da diferença, como o racismo, postulam fronteiras fixas e imutáveis entre grupos tidos como inerentemente diferentes. A diferença nem sempre é um marcador de

hierarquia e opressão, pelo contrário a diferença deve ser tida como relacional, deve ser contextualizada, pois ela nem sempre tem como resultado a desigualdade social ou a opressão. Ao conceituar a diferença, Avtar Brah (2006) se opõe a conceitos que tratam a questão da desigualdade social de uma forma binária, como é o caso dos conceitos de classe, raça e género. No caso concreto do género, o conceito de diferença vem ressaltar as diferentes formas como a mulher é representada em função do contexto social em que se encontra, assim, em vez de se ter uma noção universal e globalizada de “mulher”, é necessário que se tenha em conta as diferentes categorias de mulheres, tais como “mulheres da classe trabalhadora”, “mulheres camponesas”, “mulher urbana”, “mulheres imigrantes”, “mulheres dirigentes”, “mulher negra”, “mulher branca”, em fim são inúmeras categorias de mulheres que se podem encontrar em diversos contextos sociais.

O conceito de diferença será usado no presente trabalho de uma forma relacional com a análise interseccional. Ao reflectirmos sobre o lugar da mulher na família através do controle de recursos financeiros, pretendemos a partir do conceito de diferença, não olhar apenas para a mulher como uma categoria unitária, mas ressaltar as diferenças contidas nas condições sociais, contextualizando sempre a condição social em que essa mulher se encontra.

(ii) **Autonomia:** Segundo Texeira (2008) o conceito de autonomia, em sua etimologia, provém da junção de duas palavras gregas que são (i) *auto*, que significa próprio, e (ii) *nomos* que significa Norma, regra, lei. Nesta linha de pensamento, autonomia vem a ser a capacidade dos indivíduos exercerem ativamente as suas liberdades de escolha e de realização de acções baseadas nas suas próprias decisões. A ideia de autonomia, segundo o autor, relaciona-se a valores de felicidade (filosofia clássica) que dava conta que o individuo é feliz se tem a possibilidade de decidir sobre as suas próprias acções, e está ligada também, a ideia marxista de livre expressão e de manifestação activa de si.

Kant desenvolveu o seu conceito de autonomia em paralelismo com a emergência do iluminismo. Para Kant, o iluminismo levava o homem á autonomia, ou seja, faria com que o homem tivesse competência de sobre seus interesses e sua atuação, sem intromissão de outros (pelo contexto histórico, sem a intromissão de religião ou de qualquer outro poder). Assim, o iluminismo, levaria ao esclarecimento da prisão social

fazendo com que este se desenvolvesse de modo a adquirir a capacidade de decidir por si próprio, o seu destino (*apud* Flickinger, 2011).

Castoriadis (1991) define autonomia em oposição a heteronomia. Heteronomia é a legislação ou a regulação de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos por outros, e autonomia é a regulação do indivíduo ou de grupos de indivíduos por si mesmo. Ou seja, os indivíduos autónomos têm a capacidade de, por si, criar e ditar leis que vão regular as suas próprias acções, mas estas leis não podem ser confundidas com as leis advindas do inconsciente, pois essas últimas não são ditadas pelo indivíduo de uma forma racional, elas são resultado de um processo de incorporação de normas e valores advindas de outros indivíduos que as criaram provavelmente antes da sua existência (*apud* Martins, 2002).

Analisando as definições acima apresentadas constatamos que os autores, cada um em seu contexto académico e histórico, tendem a definir a autonomia de uma forma similar. Kant, olhava a autonomia como um projecto para toda humanidade, onde os homens, pelo advento do iluminismo, passariam a decidir sobre o seu destino sem influências externas. São essas influências externas que Castoriadis afirma que se instalam no inconsciente e por vezes fazem o indivíduo acreditar que se encontra a decidir por si próprio quando são as leis que regulam as suas acções. Uma vez não encontradas contradições nas definições dos autores acima, na utilização do conceito, no presente trabalho, não nos cingiremos na eleição da definição de apenas um autor. Irá se optar por operacionalizar as principais características que o conceito nos traz, conforme apresentadas acima.

O conceito de autonomia emerge como um instrumento de análise da capacidade que as mulheres têm de decidir sobre o uso dos seus próprios recursos. Sendo a autonomia, a capacidade que elas têm de decidir sobre as suas acções sem influências externas, pretendemos analisar a forma como a mulher gere os recursos financeiros dentro da família tendo em conta as características da autonomia que nos foram apresentadas pelos autores acima.

**(iii) Família:** Giddens (2004) define família como sendo um grupo de pessoas unidas directamente por laços de parentesco, no qual os adultos assumem a responsabilidade de cuidar das crianças. Os laços de parentesco são relações entre indivíduos estabelecidas



através do casamento ou por meio de linhas de descendência que ligam familiares consanguíneos (mães, pais, filhos e filhas, avós, etc.). O casamento pode ser definido como uma união sexual entre dois indivíduos adultos, reconhecida e aprovada socialmente. Quando duas pessoas se casam, tornam-se parentes; contudo, o casamento une também um número mais vasto de pessoas que se tornam parentes. Pais, irmãos e outros familiares de sangue tornam-se parentes do outro cônjuge através do casamento.

Murdock (1949) define a família como sendo um grupo caracterizado pela residência comum e pela cooperação de adultos de ambos os sexos e dos filhos que eles geraram ou adoptaram. Seraceno (1988) olha a família como uma construção social. Para a autora, existem vários discursos que definem o que é família, e esses discursos variam em função do contexto social. Sendo assim, família é o que cada grupo social constrói e define para si como família. Sendo uma construção social, a família apresenta algumas características comuns em todos contextos. O facto de a família ser ao mesmo tempo um espaço social, simbólico e físico que forma os indivíduos de modo a se tornarem seres sociais, e os dá uma maneira de ver a realidade social.

No presente trabalho, entendemos a família como sendo uma construção social, ao mesmo tempo como um espaço social onde se constituem diferenças. Pretende-se analisar o lugar que a mulher ocupa na família, através do controle dos recursos financeiros. Desta forma, a partir do conceito de família como um espaço social, encontramos diversos indivíduos (em particular o homem e a mulher) que possuem capitais distintos e encontram-se em interacção. É nessa interacção que é estabelecida uma lógica de controle de recursos financeiros baseada no conjunto de capitais que os indivíduos têm.

Esta perspectiva analítica irá complementar a análise interseccional, por nós proposta como a principal perspectiva analítica, na medida em que a análise interseccional analisa as desigualdades sociais com base em categorias de “diferença” que se intersectam e distinguem de várias formas os indivíduos entre si. Diferença é compreendida como elemento diferenciador que determina a posição de homens e das mulheres na família (espaço social) e conseqüentemente a forma como será efectuado o controle de recursos financeiros.

## **Capítulo III: Metodología**

Passamos a seguir a apresentar o quadro metodológico proposto para a realização desta pesquisa. Pretendemos responder as perguntas referentes a (i) como fazer a pesquisa, (ii) quando, (iii) com o quê e (iv) onde fazê-la. Em primeiro lugar realçar que nesta pesquisa optamos pelo uso do método quantitativo.

*“Método quantitativo (...) caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de colecta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas” (Richardson, 2008, p.70).*

O método quantitativo é geralmente utilizado em pesquisas onde procura-se descobrir e classificar a relação entre variáveis, assim como a relação e a causalidade dos fenómenos. Deste modo, nos propomos a investigar sobre o lugar da mulher no agregado familiar, a partir do controle dos recursos financeiros, procurando correlações com a idade e com o facto de essa mulher ter acesso ou não aos recursos financeiros.

### **3.1 Método de Abordagem**

Para efectuar a presente pesquisa, achamos mais conveniente usar como etapa mais ampla e abstracta o método hipotético-dedutivo. O mesmo, consiste em colocação de postulados sobre possíveis verdades que governam os fenómenos em estudo, mas que esses postulados devem ser testados através de uma observação cuidadosa, e experimentação refutando ou substituindo os postulados colocados, quando necessário, por outros e assim prosseguindo (Gil, 1999).

A partir do método hipotético-dedutivo, pretende-se no presente trabalho, partir de postulados que nos são dados pela teoria de interseccionalidade, observar a realidade concreta das mulheres do bairro Polana caniço e testar se o controle de recursos financeiros, e consequentemente o lugar da mulher na família é determinado por uma intersecção de diferentes experiências e identidades das próprias mulheres. Depois da análise do material recolhido no campo, poderemos chegar a uma conclusão sobre a validação ou não do postulado colocado.

### **3.2 Método de Procedimento**

Para a etapa mais específica e concreta da investigação optou-se por usar o método comparativo. O método comparativo consiste no estudo comparativo entre diversos

tipos de grupos sociais. Este método contribui para uma melhor compreensão do comportamento humano. A partir deste método realizam-se comparações com finalidades de identificar similitudes e explicar divergências, permitindo analisar um dado concreto, deduzindo do mesmo elemento constantes abstractos (Markoni & Lakatos, 2007).

Pretende-se usar este método para fazer um estudo comparativo entre mulheres que possuem e não possuem acesso aos recursos financeiros bem como faixa etária diferente. A comparação será feita entre mulheres da mesma classe financeira, de duas faixas etárias diferentes, umas mulheres mais jovens, que são as mulheres dos 25 aos 30 anos, e outras mais adultas, que são as mulheres de 40 a 45 anos, com vista a verificar se o acesso ou não aos recursos financeiros, e a idade das próprias mulheres, condiciona o controle dos recursos financeiros.

### **3.3 Técnicas de Pesquisa**

Como técnica de pesquisa, optou-se pelo uso dos inquéritos por questionário. A técnica consiste na aplicação de um número mais ou menos elevado de questões, relativamente a sua situação social, profissional ou familiar, entre outros. Os questionários são geralmente usados em pesquisas quantitativas e por isso são aplicadas a um número geralmente representativo da população. Todas questões que compõem os questionários são fechadas, com opções previamente elaboradas pelo pesquisador, podendo porém, aparecer algumas questões abertas ou semi-abertas de modo a permitir uma independência da resposta do inquirido. Os questionários permitem quantificar uma multiplicidade de dados e de proceder a numerosas análises de correlação. Pela sua aplicação, os questionários permitem ainda satisfazer o princípio da representatividade (Gil, 1999; Quivy e Compenhoudt, 2005).

Ao se optar pelo uso dos inquéritos pretendem-se obter informações junto as mulheres a cerca das suas vivências quotidianas no seio familiar relativamente às lógicas de controlo dos seus recursos financeiros. Portanto, irão se aplicar questionários apenas as mulheres.

### **3.4 Grupo Alvo**

Fazem parte do nosso grupo alvo todas as mulheres que se encontram a morar no bairro da Polana Caniço, que tenham entre 25-30 anos, ou 40-45 anos, e que possuem algum tipo de união conjugal , seja civil, tradicional, religiosa ou de factos. Prestar-se á

atenção em dois grupos principais de mulheres: as que possuem uma fonte renda (seja diária, semanal ou mensal) e as que não possuem nenhuma fonte de renda.

### **3.5 Universo e Amostra**

Segundo o censo 2007, o nosso universo é constituído por 23.024<sup>15</sup> mulheres. Devido aos propósitos da nossa pesquisa, que era para a elaboração do trabalho de final de curso de licenciatura em sociologia, Trabalhamos com uma amostra de 30 mulheres, dado que é o número mínimo exigido para a realização de uma pesquisa quantitativa.

No campo de pesquisa, foram aplicados questionários em 15 quarteirões do Bairro Polana Caniço “A”, nomeadamente os quarteirões 20, 22, 24, 26, 27, 40, 46, 48, 49, 50, 51, 53, 55,73 e 75. A dispersão dos questionários pelos quarteirões, foi com vista a diversificar a informação recolhida. Os questionários foram aplicados durante o mês de Setembro de 2011 e para tal foi necessária uma autorização das estruturas do distrito urbano e do bairro (credencial em Anexo).

### **3.6 Constrangimentos do trabalho de Campo**

Durante a realização do trabalho de campo, em Setembro de 2011, nos deparamos com algumas situações que acabaram constituindo sérios constrangimentos a nossa pesquisa. Fomos ao campo com objectivo de inquirir 30 mulheres, e assim o fizemos. Porém, 09 questionários tiveram que ser invalidados devido as condições em que os mesmos foram realizados. Algumas inquiridas responderam as perguntas influenciadas por terceiros, que na sua maioria eram amigas, familiares e algumas sob uma espécie de “supervisão” por parte dos seus parceiros, e isto levou-nos a invalidar os seus questionários. Neste sentido, tivemos que realizar a nossa análise e discussão dos resultados, tendo como base os 21 questionários. Reconhecemos que, em termos estatísticos, este número está abaixo do mínimo exigido para a realização das pesquisas quantitativas, porém para os propósitos do presente trabalho acreditamos poder ser suficiente trabalhar com os dados obtidos.

---

<sup>15</sup> Número de mulheres residentes no bairro Polana Caniço

### **3.7 Análise dos dados**

Os dados recolhidos no trabalho de campo foram analisados recursos ao programa informático designado SPSS 15 (Statistical Package for Social Science<sup>16</sup>). Para tal foi concebida uma base dados, no programa SPSS de onde foram produzidos todos os resultados, quadros e tabelas necessárias para a análise. A análise constituiu em uma descrição dos dados, que foram recolhidos baseados em três indicadores principais: acesso a recursos financeiros, controle, e autonomia na gestão de projectos e controle de recursos pessoais.

---

<sup>16</sup> Pacote estatístico para ciências sociais

## **Capítulo IV: Apresentação e Discussão dos resultados**

No presente capítulo fazemos a apresentação dos dados que foram recolhidos durante o trabalho de campo, através de um questionário (em anexo) aplicado ao grupo alvo desta pesquisa, isto é, mulheres residentes no bairro Polana Caniço “A” que possuem algum tipo de união, seja civil, tradicional, religiosa ou de factos. Num primeiro momento fazemos a descrição dos dados sociodemográficos das mulheres que participaram na pesquisa, e de seguida apresentamos a sua situação relativamente ao acesso ou não aos recursos financeiros. No terceiro momento comparamos a possibilidade de controlo dos recursos financeiros, familiares e pessoais, entre as mulheres mais jovens e mais adultas, e entre as mulheres com acesso e sem acesso aos recursos financeiros. E por fim, apresentamos os resultados relativos a autonomia das mulheres na realização dos projectos individuais.

#### 4.1 Perfil Sócio-demográficos dos entrevistados

A nossa pesquisa incidiu sobre grupos de mulheres compreendidas em duas faixas etárias, de 25 a 30 anos, e de 40 a 45 anos. Na faixa etária dos 25 a 30 anos foram questionadas 10 Mulheres, e na faixa dos 40 aos 45 anos foram questionadas 11 Mulheres. Assim, foi garantido um equilíbrio na análise comparativa dos dados em função das duas faixas etárias escolhidas como grupo alvo, isto é, entre mulheres mais jovens, em início de uma vida adulta, e mulheres mais velhas, já com uma experiência de vida.

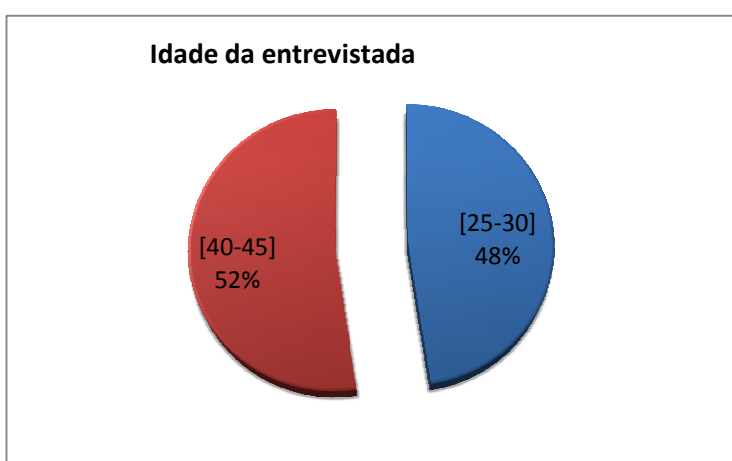
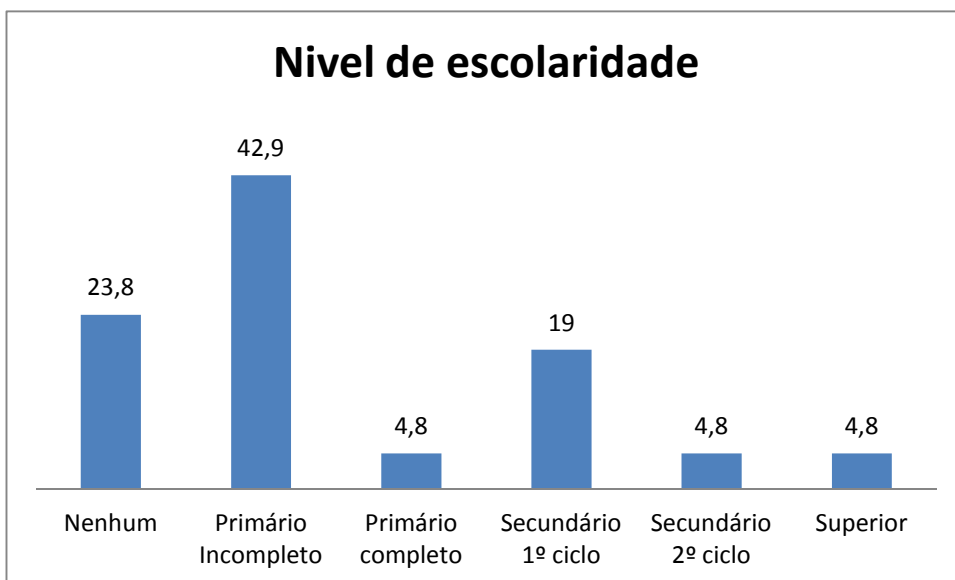


Gráfico 1: idade da entrevistada

Relativamente ao nível de escolaridade, verificamos que um grupo considerável de mulheres inquiridas possui o ensino primário incompleto, correspondendo a 42.9%,



23.8% não possui nenhum nível de escolaridade, 19.0% possui o primeiro ciclo do ensino secundário, 4.8% possuem o ensino primário completo e a mesma percentagem verifica-se para as mulheres que possuem o segundo ciclo do ensino secundário e o ensino superior. Isto indica-nos, que trabalhamos com uma amostra eminentemente com uma instrução escolar primária.



**Gráfico 2: Nível de Escolaridade**

Fazendo uma comparação dos níveis de escolarização entre as duas faixas etárias, verificamos que as mulheres que se situam na faixa etária dos 25 aos 30 anos encontram-se mais anos de estudo em relação as mulheres da faixa etária dos 40 aos 45 anos. Verificamos isso na medida em que as mulheres sem nenhum nível de escolaridade todas encontram-se na faixa etária dos 40 aos 45 anos. E na faixa dos 25 aos 30 anos não encontramos nenhuma mulher sem nenhum nível de escolarização. As entrevistadas que possuem o ensino primário incompleto, mais de metade, 05, o que corresponde a 55.6%, encontra-se na faixa etária dos 40 aos 45 anos e na faixa etária dos 25 aos 30 anos temos 04 mulheres, que corresponde a 44.4%. As únicas mulheres que possuem como nível de escolaridade o segundo ciclo do ensino secundário e ensino superior encontram-se na faixa etária dos 25 aos 30anos. Das 4 mulheres que possuem o primeiro ciclo do ensino secundário 03 encontram-se na faixa etária dos 25 aos 30 anos, e 01 na faixa etária dos 40 aos 45 anos.

Nível de escolarização	Idade da entrevistada					
	[25 - 30]		[40 - 45]		Total	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Nenhum	0	0	5	100	5	100
Primário Incompleto	4	44,4	5	55,6	9	100
Primário completo	1	100	0	0	1	100
Secundário 1º ciclo	3	75	1	25	4	100
Secundário 2º ciclo	1	100	0	0	1	100
Superior	1	100	0	0	1	100
Total	10	47,6	11	52,4	21	100

**Tabela 1: idade da entrevistada e Nível de escolarização**

Analisando a situação conjugal mulheres participantes da pesquisa, constatamos que na sua maioria possuem um casamento do tipo união de factos correspondendo a 76.2% do total. 19% possui o casamento civil, e 4.8% tem o casamento tradicional. Fazendo uma análise do tipo de união que as mulheres possuem em função da faixa etária das entrevistadas, não encontramos grandes diferenças. Das 16 mulheres que possuem a união de facto, 56.3% encontra-se na faixa etária dos 40 aos 45 anos, e 43.7% na faixa dos 25 aos 30 anos. Das 4 mulheres que possuem a união civil, 75% encontra-se na faixa etária dos 25 aos 30 anos, e 25 % na faixa etária dos 40 aos 45 anos. A única mulher que possui a união tradicional (Lobolo), encontra-se na faixa etária dos 40 aos 45 anos.

Tipo de União	Idade da entrevistada		
	[25 - 30]	[40 - 45]	Total
Civil	75	25	100
Tradicional (Lobolo)	0	100	100
União de facto	43,75	56,25	100
Total	47,6	52,4	100

**Tabela 2: Idade da entrevistada e tipo de união**

#### **4.2 Acesso á recursos Financeiros**

Na dimensão relativa ao acesso aos recursos financeiros, procuramos identificar, primeiro, o tipo de renda que as mulheres têm, e se têm informações acerca da renda total do agregado familiar. Para tal procuramos saber se as mulheres trabalham, ou se

possuem algum tipo de renda. Em casos Negativos, procuramos saber como é que elas obtêm dinheiro ou de onde vem o recurso para sustentar as suas despesas diárias. Quanto á informação sobre a renda do agregado familiar, procuramos saber das mulheres se elas sabem quanto é que os seus maridos auferem, caso estes tenham alguma fonte de renda.

Quando procuramos saber das mulheres se elas trabalham ou não, os nossos dados mostraram que todas que fizeram parte da nossa pesquisa não são mulheres assalariadas, porém 57.1%, possuem uma fonte renda própria, e 42.9% das mulheres não possuem nenhuma fonte renda própria. Portanto, esta é a amostra que nos encontramos a trabalhar com ela, um grupo de Mulheres com acesso a uma fonte de renda (57.1%), e outro grupo sem acesso a uma fonte de renda (42.9%).

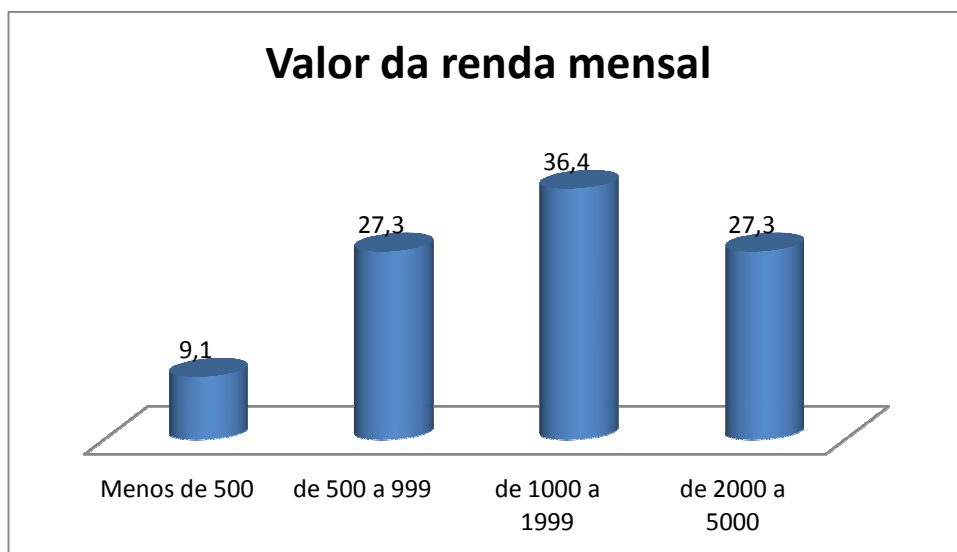
Procuramos saber das mulheres que possuem uma fonte renda própria, de onde é que provém tal renda. Verificamos que todas as mulheres são gestoras de negócios próprios, tais negócios são: bancas de venda de produtos no mercado, lojas e vendas de artigos próprios e encontramos um caso único de uma mulher que possui uma casa arrendada. Estes dados revelam-nos que essas mulheres encontram-se na sua maioria no mercado do trabalho informal, situação esta que segundo Andrade (1998) surge, em zonas suburbanas, em resposta a necessidade de recursos financeiros que o agregado possui, e ao mesmo tempo em resposta a necessidade de responder as demandas de tarefas domésticas que recaem ainda sobre si, sendo deste modo, o mercado informal, a solução que garante o equilíbrio necessário entre as dois papéis que recaem sobre a mulher.

Tem acesso a uma fonte de renda própria	Idade da entrevistada					
	[25 - 30]		[40 - 45]		Total	
	Freq.	Percentagem	Freq.	Percentagem	Freq.	Percentagem
Sim	5	41,7	7	58,3	12	100
Não	5	55,6	4	44,4	9	100
Total	10	47,6	11	52,4	21	100

**Tabela 3: acesso a fonte de renda e idade da entrevistada**

Verificando a distribuição do acesso ou não a uma fonte de renda em função da faixa etária constatamos que a distribuição da nossa amostra está equilibrada, pois das 12 mulheres com acesso a uma fonte de renda 41.7% (quase metade) têm entre 25 e 30 anos, 58.3% tem uma idade compreendida entre os 40 e os 45 anos. Das 9 mulheres sem acesso a uma fonte de renda 55.6% (quase metade) tem uma idade compreendida entre

os 25 e os 30 anos 44.4% tem uma idade compreendida entre os 40 e os 45 anos. Esta distribuição tornará a análise comparativa do controle dos recursos financeiros equilibrada.



**Gráfico 3: valor da renda mensal**

Encontramos uma grande concentração de mulheres que mensalmente conseguem adquirir em média um rendimento que varia de 1000 a 1999MT, correspondendo a 36.4% dos casos. 27.3% das mulheres adquire um rendimento que varia dos 500 aos 999 Meticais. E verificamos a mesma percentagem para as mulheres que adquirem uma renda que varia dos 2000 aos 5000MT. Apenas uma mulher adquire em média menos de 500 MT.

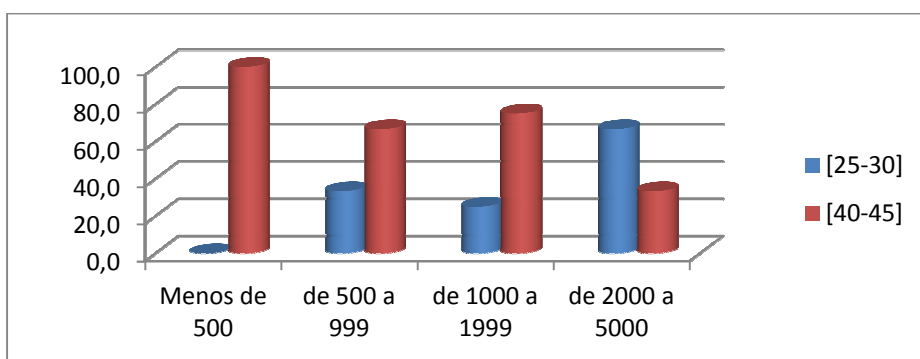
Valor da renda mensal		Nível de Escolarização							
		Nenhum		Primário Incompleto		Secundário 1º ciclo		Superior	
		Freq	%	Freq	%	Freq.	%	Freq.	%
Menos de 500	[25 - 30]	0	0	0	0	0	0	0	0
	[40 - 45]	0	0	1	100	0	0	0	0
De 500 a 999	[25 - 30]	0	0	0	0	1	100	0	0
	[40 - 45]	1	50	1	50	0	0	0	0
De 1000 a 1999	[25 - 30]	0	0	0	0	1	100	0	0
	[40 - 45]	1	33,3	2	66,7	0	0	0	0
De 2000 a 5000	[25 - 30]	0	0	0	0	1	50	1	50
	[40 - 45]	1	100	0	0	0	0	0	0
Total	[25 - 30]	0	0	0	0	3	75	1	25
	[40 - 45]	3	42,9	4	57,1	6	0	0	0

**Tabela 4: Valor da renda mensal, Nível de escolarização e Idade das mulheres com fonte de renda própria**

Analisando a distribuição dos ganhos mensais em função faixa etária e do nível de escolarização, obtemos os seguintes resultados: a única mulher que tem uma renda mensal média menor a 500 MT tem uma idade compreendida entre os 40 e os 45 anos e tem o primário incompleto como nível de escolaridade, das 3 mulheres que auferem de 500 a 999 MT, 2 tem uma idade compreendida entre os 40 e os 45 anos e tem como nível de escolaridade o grau primário incompleto ou nenhum nível.

Das 04 mulheres que tem uma renda mensal média entre os 1000 e 2000MT, 01 tem idade compreendida entre os 25 e os 30 anos com o primeiro ciclo do ensino secundário, como nível de escolaridade, 03 tem idade compreendida entre 40 e os 45 anos com predominância no ensino primário incompleto. Das 3 mulheres que tem uma renda mensal média compreendida entre os 2000 e os 5000MT, 66.7% tem uma idade compreendida entre os 25 e os 30 anos e com um nível de escolaridade secundário ou superior, e 01 tem uma idade compreendida entre os 40 e os 45 anos e sem nenhum nível de escolaridade.

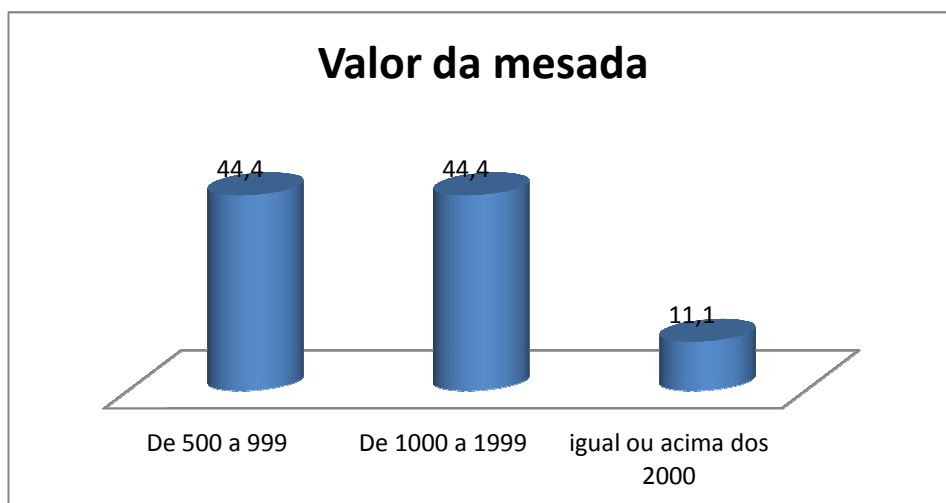
Estes dados, acima apresentados, nos demonstram uma relação entre a idade, o nível de escolaridade e o valor da renda auferido pelas mulheres. As mulheres mais velhas parecem possuir menos nível de escolaridade que as mulheres mais jovens, o que de certeza explica-se pela sua idade e pelos contextos sociais em que vivem ou viveram a sua juventude, com oportunidades de escolaridade provavelmente diferentes. A diferença de escolaridade influencia de certa forma na renda que essas mulheres auferem, onde constatamos que as mais jovens, que possuem maior nível de escolaridade em comparação as mais velhas, tem rendas mensais substancialmente mais elevadas em relação as mais velhas. Mostrando-se neste caso, a idade e o nível de escolaridade, como factores determinantes para a quantidade de recursos que as mulheres vão ter acesso. Esta relação torna-se mais visível no gráfico abaixo.



**Gráfico 4: idade valor da renda mensal das mulheres com fonte de renda própria**

Quanto as mulheres sem acesso a nenhuma fonte de renda procuramos saber delas de onde vem o dinheiro para sustentar as suas despesas diárias. Constatamos que todas recebem um valor periodicamente que é denominado “mesada”, todas elas recebem dos seus parceiros. Isto vem demonstrar que mesmo não tendo acesso directo a uma fonte de renda, essas mulheres tem, de alguma forma, posse sobre alguns recursos financeiros, isso, mesmo quando estes lhe são dados pelo seu marido, como é o caso das mulheres por nós inquiridas.

Os valores que elas recebem variam. 04 Mulheres Recebem mensalmente entre 500 e 1000 Meticais. Encontramos o mesmo número de mulheres que recebem mensalmente entre 1000 a 1999 Meticais, e encontramos uma mulher que recebe um valor igual ou superior dos 2000MT. Analisando comparativamente estes valores em relação aos que as mulheres com uma fonte de renda própria adquirem, verificamos que os valores são quase similares. 88% das mulheres que recebem mesada dos seus maridos, recebem em média entre 500 e 2000 MT, e no caso mulheres com acesso a uma fonte de renda própria, 67.3% encontram-se no mesmo intervalo (auferem entre 500 e 2000MT ) e temos apenas 11.1% e 27.3%, respectivamente, de mulheres que auferem acima dos 2000MT.

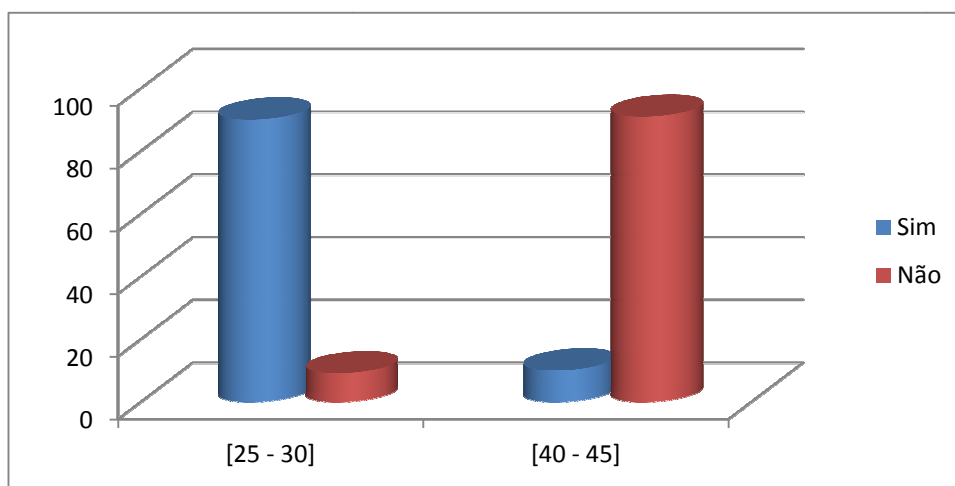


**Gráfico 05: valor da mesada das mulheres que não trabalham**

Estes dados indicam-nos que estamos a trabalhar com uma amostra de mulheres de uma mesmo estrato social, pelo menos em termos de rendimento, porém, levam nos também a questionar essa semelhança de rendimento entre mulheres que têm fonte de renda própria e aquelas que tem por via dos seus maridos. Se mesmo estando em casa, sem realizar nenhuma actividade remunerativa, as mulheres têm acesso a praticamente os

mesmos valores que quando se dedicam a alguma actividade remunerativa. O que nos leva a inferir que há alguma razão que leva as mulheres procurarem uma fonte de renda própria, e essa razão não é somente o valor a auferir em si, pois está quase que provado, pelos dados anteriormente apresentados, que se ficassem em casa havia grandes probabilidades de adquirir os mesmos valores.

Relativamente ao acesso a informação a cerca do rendimento familiar, procuramos saber das mulheres se elas sabem quanto é que os seus maridos ganham, isto em caso em que os seus maridos tenham alguma fonte de renda. Analisando os resultados, primeiramente verificamos que todas as mulheres que participaram na pesquisa, os seus maridos têm alguma fonte de renda. De seguida constatamos quase a metade, com uma percentagem de 52.4%, não sabe quanto é que o marido ganha e a outra metade, 47.6% sabe quanto é que o marido ganha. Das mulheres que afirmam saber quanto é que os seus maridos ganham, procuramos saber dos valores que eles auferem em média mensalmente. Constatamos que para 66.7% os seus maridos ganham entre 2000 e 5000MT, para 22.2% das mulheres, os seus maridos ganham entre 1000 a 2000MT e para 11.1 (01) os seus maridos ganham entre 1000 a 2000MT.



**Gráfico 06: idade das mulheres e conhecimento ou não do valor da renda do marido**

Analisamos o acesso a informação acerca do rendimento do conjugue em função da mulher ter ou não uma fonte de renda e em função da faixa etária, constatamos que a idade influencia para que ela não saiba quanto é que o seu marido auferem. 90% das mulheres que conhece o salário do marido tem idade entre 25 aos 30 anos, e 90% das

mulheres que não sabe quanto é que os seus maridos ganham, tem idade entre os 40-45 anos.

### **4.3 Controle dos recursos Financeiros**

Na secção acima procuramos verificar como é que as mulheres tem acesso a recursos financeiros e se elas tem conhecimento sobre a renda do agregado familiar, e descrevemos as várias formas pelas quais as mulheres têm acesso aos recursos financeiros. Neste momento, pretendemos verificar se as mulheres têm controlo ou não sobre os seus recursos financeiros assim como do agregado familiar, assim como, apurar se as mulheres que trabalham gozam do seu direito de privacidade relativamente aos valores que auferem. Para atingirmos o referido objectivo faremos uma análise comparativa, entre as mulheres que trabalham ou que tem acesso a uma fonte de renda própria e as mulheres que não trabalham ou que não tem acesso a uma fonte renda própria.

#### ***4.3.1 Controle dos recursos financeiros: mulheres com acesso a fonte de renda própria***

Para as mulheres que trabalham, procuramos saber se os seus maridos sabem quanto é que elas ganham, e constatamos que mais da metade gozam do seu direito de privacidade acerca dos seus rendimentos em relação aos seus maridos, pois 66.7% das mulheres afirmaram que os seus maridos não sabem quanto é que elas ganham e apenas 33.3% é que afirmaram que os seus maridos sabem quanto é que elas ganham. Tendo privacidade sobre os seus rendimentos, as mulheres tem maior probabilidade de controlo sobre eles, pois, se os seus maridos não sabem quanto é que elas ganham dificilmente poderão ditar ou condicionar a forma como esses rendimentos serão usados.

A senhora sabe Quanto Ele ganha?	O seu Marido Sabe quanto a senhora Ganha?					
	Sim		Não		Total	
	Frequ.	%	Frequ.	%	Frequ.	%
Sim	3	60	2	40	5	100
Não	1	14,3	6	85,7	7	100
Total	4	33,3	8	66,7	12	100

**Tabela 05: Conhecimento acerca do valor da renda do marido e conhecimento do marido acerca do valor da sua renda.**



Fazendo um cruzamento entre o facto da mulher saber quanto é que o seu marido e o seu marido saber quanto ela ganha constatamos que há relação entre as duas variáveis. Das mulheres que não sabem quanto é que os seus maridos ganham, 85.7% dos seus maridos também não sabem quanto é que elas ganham, e das mulheres que sabem quanto é que os seus maridos ganham, 60% dos seus maridos sabem quanto é que elas ganham. Isto leva-nos a constatar que há casais onde há partilha de informações a cerca do rendimento, e há casais onde tal partilha não existe. A questão que se coloca é, qual é a explicação para esse fenómeno?

Na tentativa de buscar respostas a questão anterior, observamos a distribuição da variável acima descrita em função da faixa etária, e do conhecimento que elas têm sobre o valor da renda do marido verificamos que há mais troca de informações acerca do rendimento familiar entre os casais mais jovens, pois é nessa faixa etária onde encontramos uma maior número de mulheres que sabem quanto é que os seus cônjuges auferem, ao mesmo tempo que os seus cônjuges sabem quanto é que elas ganham. Entre as mulheres mais velhas encontramos um cenário diferente, pois é entre elas onde encontramos um maior número que não sabem quanto é que os seus maridos auferem, ao mesmo tempo que eles não sabem quanto é que elas auferem. Portanto, parece-nos que em termos comparativos, as mulheres mais velhas é que tem maior privacidade sobre os seus rendimentos em relação as mulheres mais jovens, tendo assim maior probabilidade de ter um controlo mais amplo sobre os seus recursos financeiros.

O seu Marido Sabe quanto a senhora Ganha?						
Idade	A senhora sabe Quanto Ele ganha?	Sim		Não		Total
		Frequ.	%	Frequ.	%	Frequ.
[25 - 30]	Sabe	3	60	2	40	5
	Não sabe	0	0	0	0	0
[40 - 45]	Sabe	0	0	0	0	0
	Não sabe	1	14,3	6	85,7	7
Total	Sabe	3	60	2	40	5
	Não sabe	1	14,3	6	85,7	7

**Tabela 06: Idade da mulher, conhecimento acerca do valor da renda do marido e conhecimento do marido acerca do valor da sua renda.**

Ainda no grupo das mulheres que trabalham, procuramos saber onde é que é aplicado o dinheiro que elas ganham e verificamos que a maior parte do dinheiro das mulheres é

aplicado nas despesas domésticas diárias, e nas despesas dos filhos, com uma percentagem de 58.3% e 16.7%, respectivamente. Deste modo, a percentagem de mulheres que gastam os seus rendimentos com despesas essencialmente domésticas totaliza 75%, o que mostra-nos que a maior parte das mulheres usa o seu dinheiro para as despesas do agregado, e não, por exemplo, para aplicar nas suas despesas pessoais, pois apenas 8.3% das mulheres é que afirmam usar o dinheiro que ganham para as despesas pessoais, como por exemplo, lazer, vestuário, entre outros.

<b>O dinheiro que a senhora ganha aplica em quê?</b>		
	Frequência	Percentagem
Despesas domésticas mensais	1	8.3
Despesas domésticas diárias	7	58.3
Despesas dos filhos	2	16.7
Despesas pessoais	1	8.3
Aplicação em algum projecto do agregado	1	8.3
Total	12	100

**Tabela 07: Aplicação do valor da renda das mulheres**

Procuramos saber quem decide como é que elas devem gastar o seu dinheiro ou em quê é que elas devem aplicar o seu dinheiro, se são elas próprias, os maridos, ou ambos. 66.7% das mulheres afirmou que elas próprias é que decidem como é que devem aplicar o seu dinheiro, e 33.3% afirmou que a decisão sobre como é que deve-se gastar o dinheiro é feita em comunhão com o marido. Das mulheres que afirmam que decidem por si próprias o que fazer com os seus rendimentos, 87.5% afirmam que os seus maridos não sabem quanto é que elas ganham, e das mulheres que afirmam que decidem juntamente com os seus maridos como gastar o seu dinheiro, 75% afirma que os seus maridos sabem quanto é que elas ganham.

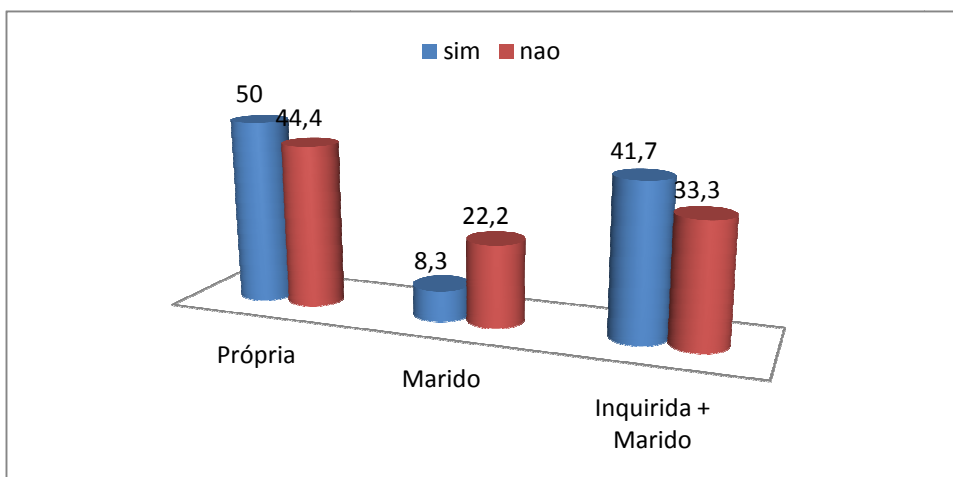
Quem Decide Como a senhora irá gastar o teu dinheiro?	O seu Marido Sabe quanto a senhora Ganha?			
	Sim		Não	
	Frequência	Percentagem	Frequência	Percentagem
Própria	1	25	7	87,5
Marido	0	0	0	0
Inquirida + Marido	3	75	1	12,5
Outro	0	0	0	0

**Tabela08: quem decide sobre como a mulher irá gastar o dinheiro**

Desta forma, apercebemo-nos que grande parte das mulheres tem controlo sobre os seus recursos financeiros, pois elas participam na forma de gestão dos mesmos. Porém fica claro também que a condição para o controle total dos recursos passa necessariamente pelo facto do parceiro não saber quanto é que a mulher aufere, uma vez que quase todas as mulheres que afirmam que decidem por si próprias como gastar os seus recursos, privam dos seus maridos a informação sobre o valor da sua renda. Uma vez que anteriormente verificamos que as mulheres mais velhas é que privam dos seus maridos a informação sobre o valor da sua renda, infere-se que as mulheres mais velhas usam a estratégia da privação da informação sobre o valor da sua renda para poderem exercer maior controle sobre os seus recursos financeiros, e as mulheres mais jovens, ainda recém casadas (no sentido de união) partilham informações sobre a sua renda com os seus parceiros e na hora de decidir sobre como gastar os seus recursos também o fazem juntamente com os seus maridos. Mas o aparente controle dos recursos financeiros por parte das mulheres mais velhas, também pode ser questionado na medida em que, como verificamos anteriormente, quase todas as mulheres usam o seu dinheiro para as despesas dos filhos ou as despesas domésticas diárias. Portanto, tanto as que decidem juntamente com os seus maridos, assim como as mulheres que decidem por si próprias, o seu dinheiro é aplicado no mesmo tipo de despesas sem muitas distinções: despesas domésticas diárias e despesas dos filhos. O efeito da decisão por si própria sobre como gastar os seus recursos não se faz sentir tanto.

#### ***4.3.2 Controle dos Recursos do agregado familiar***

Relativamente aos recursos alocados para as despesas do agregado familiar, questionamos, tanto as mulheres com uma fonte de renda própria assim como as mulheres sem nenhuma fonte de renda própria, quem decide sobre referidos recursos. Constatamos entre as mulheres com uma fonte de renda própria que as mulheres, mais uma vez, aparecem em maioria. 50% afirmou que elas próprias é que decidem sobre as despesas mensais do agregado, sobre o que vai se comprar no referido mês, a quantidade, assim como outras contas a serem pagas pelo agregado. 41.7% das mulheres afirma que decidem juntamente dos seus maridos, e apenas 8.3% é que afirma que os seus maridos é que decidem sobre as despesas do agregado familiar.



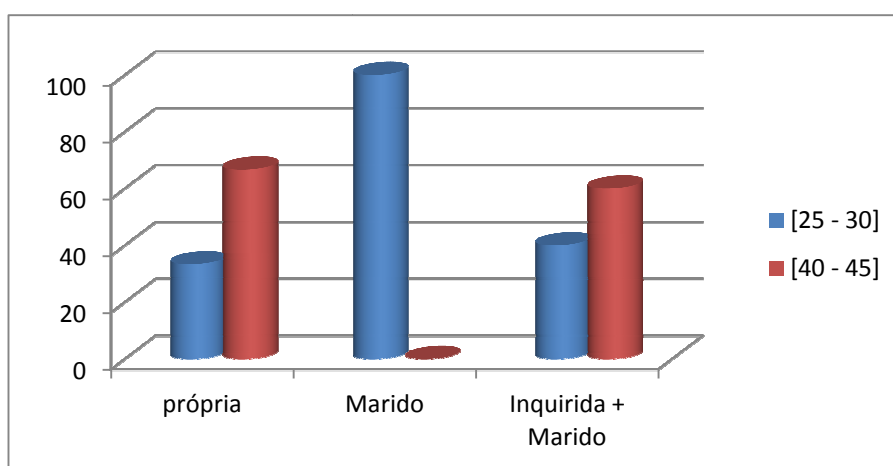
**Gráfico 07: decisão sobre as despesas do agregado familiar em função do acesso ou não a uma fonte de renda. (Esquerda: mulheres com fonte de renda Direita: mulheres sem nenhuma fonte de renda)**

Entre as mulheres sem acesso a fonte de renda, 44.4% delas afirma que são as últimas a decidir sobre as despesas mensais do agregado familiar. 33.3% afirma que decide juntamente com os seus maridos e 22.2% afirma que os seus maridos é que tomam a decisão final.

Tanto para as mulheres com uma fonte de renda própria, assim como para as mulheres sem nenhuma fonte de renda própria, verificamos que as mulheres aparecem um número acima da metade, quando questionamos se são elas que tomam a última decisão em relação aos recursos alocados para as despesas do agregado familiar. Para as mulheres que não trabalham a percentagem das mulheres que decide sobre os recursos alocados para as despesas do agregado familiar, é inferior em relação as mulheres que trabalham, mas mesmo assim elas se encontram em uma frequência acima da metade. Portanto, as mulheres parecem ter um maior controlo sobre a utilização dos recursos alocados para as despesas do agregado familiar. Se não o fazem sozinhas, fazem-no com os seus maridos, isso nos dois grupos de mulheres em análise. A percentagem de mulheres que afirma que os seus maridos é que tomam as últimas decisões acerca dos recursos alocados para as despesas do agregado é menor, mas entre as mulheres que não trabalham a percentagem é superior em relação entre as mulheres que trabalham. De um modo geral pode-se dizer que o acesso ou não aos recursos financeiros não condiciona a controle dos recursos alocados para despesas mensais do agregado.

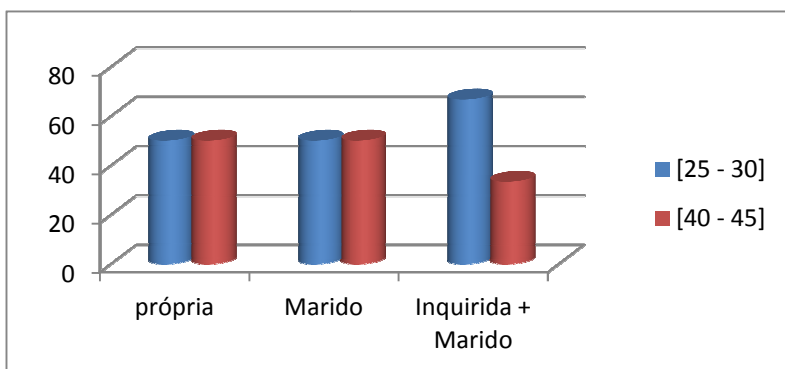
Analisando o controlo dos recursos alocados para as despesas do agregado em função da idade das mulheres, verificamos que entre as mulheres com acesso a uma fonte de

renda, as mulheres jovens parecem ter menor controle sobre os recursos alocados para as despesas mensais em relação as mulheres mais adultas. Das mulheres que afirmam que controlam os recursos alocados para as despesas mensais do agregado familiar, 66.7% são mais velhas e 33.3% estão na faixa etária de 25-30 anos. A única mulher deste grupo que afirma que o seu marido é que controla os recursos alocados para as despesas do agregado familiar, tem uma idade compreendida entre 25 e 30 anos. As mulheres que afirmam que decidem juntamente com os seus maridos, 60% têm idade compreendida entre os 40 e os 45 anos e 40% têm idade compreendida entre os 25 e os 35 anos. Mais uma vez, as mulheres mais velhas parecem ter maior probabilidade de controle de recursos em relação as mulheres mais novas.



**Gráfico 08: decisão sobre as despesas do agregado em função da idade: mulheres com acesso a fonte de renda.**

Entre as mulheres sem nenhuma fonte de renda, a distribuição parece ser mais equilibrada, e não se verifica nenhuma influência da idade no controle ou não dos recursos alocados para as despesas do agregado familiar. Temos 50% para as duas faixas etárias em análise, para as mulheres que afirmam que controlam por si os recursos alocados para as despesas mensais do agregado assim como para as mulheres que afirmam que os seus maridos é que os controlam. Entre as mulheres que afirmam que decidem juntamente dos seus maridos 66.7% são da faixa etária dos 25 aos 30 anos, e 33.3% da faixa etária dos 40 aos 45 anos.



**Gráfico 09: decisão sobre as despesas do agregado em função da idade: mulheres sem acesso a fonte de renda.**

#### **4.4 Autonomia na gestão de projectos individuais no uso de recursos financeiros**

##### **4.4.1 Autonomia na gestão de projectos individuais**

Quanto a autonomia, procuramos medir a autonomia das mulheres no uso dos seus recursos financeiros assim como do agregado familiar, e a autonomia na realização de projectos individuais. Para tal procuramos saber das mulheres se elas têm algum projecto individual, e caso tenham como é que pretendem realiza-lo, e caso achem que não irão conseguir procuramos conhecer as razões. Procuramos também saber se elas podem usar o seu dinheiro ou dinheiro do agregado, a qualquer momento sem precisar consultar os maridos.

Quanto aos projectos individuais, constatamos que 52.4% das mulheres tem algum projecto individual ou plano para o futuro. Os planos ou projectos referidos são vários: 36.4% dessas mulheres, pretende abrir um negócio, 27.3%, quer terminar o ensino ou realizar uma formação profissional, 18.2% anseia realizar uma viagem, e encontramos a mesma percentagem para outros projectos. As outras 46.7% afirmam que não têm nenhum plano para o futuro. Desta forma, verificamos que quase metade das mulheres tem algum projecto ou plano para o seu próprio futuro.

<b>Qual é o plano ou projecto para o futuro</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentagem</b>
Terminar o ensino ou realizar uma formação profissional	3	27.3
Abrir um negócio	4	36.4
Realizar uma viagem	2	18.2
Outro	2	18.2
Total	11	100

**Tabela 09. Plano ou projecto para o futuro**

Procuramos saber quem são as mulheres que possuem algum plano para o futuro e as que não possuem. Para tal, os dados foram agregados em idade, e pelo acesso ou não a uma fonte de renda própria. Quanto a idade verificamos que das mulheres com algum plano ou projecto para o futuro, 54.5% tem entre 25 aos 30 anos, e 45.5% tem entre 40 aos 45 anos. Das mulheres sem nenhum plano ou projecto para o futuro, 40% são da faixa etária dos 25 aos 30 anos, e 60% são da faixa etária dos 40 aos 45 anos. Com estes dados, verificamos que apesar das mulheres mais jovens apresentaram uma percentagem elevada em termos de planos ou projectos para o futuro em relação as mulheres mais adultas, a idade não parece ser condição para que elas tenham planos ou projectos para o futuro, pois a diferença entre as mulheres que tem planos para a futuro entre as mulheres jovens e mais novas não é muito elevada (11.6%). A mesma análise é feita para as mulheres sem nenhum plano para a o futuro.

<b>A srª tem algum plano ou projecto para o Futuro?</b>	<b>Idade da entrevistada</b>					
	<b>[25 - 30]</b>		<b>[40 - 45]</b>		<b>Total</b>	
	<b>Frequência</b>	<b>%</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Sim	6	54,5	5	45,5	11	100
Não	4	40	6	60	10	100
Total	10	47,6	11	52,4	21	100

**Tabela 10: Plano ou projecto para o futuro e idade das mulheres**

Assim, a idade não é condição para a existência de planos ou não para o futuro, mas ela certamente influencia para o tipo de planos ou não que a mulher vai ter. Entre as mulheres mais novas encontramos planos ligados a formação profissional, sendo 50 %, ou seja todas as mulheres que pretendem terminar o ensino ou ter uma formação profissional são todas jovens, havendo outras (33.3%) que pretendem abrir um negócio. Contrariamente as mulheres mais novas, as mulheres mais velhas denunciaram outra mentalidade, ao concentrarem os seus planos para o futuro na abertura de um negócio, ou seja, aquisição de uma fonte de renda (40%), e na realização de uma viagem (40%).

a explicação para esta diferença de planos entre mulheres mais velhas e mais novas, pode ser encontrada na própria idade, ou seja é comum que mulheres mais novas anseiem a independência financeira no futuro, tendo por isso como planos a realização de uma formação profissional e a abertura de um negócio, que lhes seria fonte dessa independência. Entre as mulheres mais velhas, havendo outra mentalidade a independência financeira não é o único projecto, e por isso os seus projectos não se concentram somente nessa área, há espaço para outros tipos de planos ou projectos que não passam necessariamente da obtenção de uma fonte de renda.

Idade da entrevistada	Qual é o projecto ou plano?								
	Terminar o ensino ou realizar uma formação profissional		Abrir um negócio		Realizar uma viagem		Realização de uma cerimónia familiar		Total
	Frenq	%	Frenq	N %	Frenq	%	Frenq	%	Frenq
[25 - 30]	3	50	2	33,3	0	0	1	16,7	6
[40 - 45]	0	0	2	40	2	40	1	20	5
Total	3	27,3	4	36,4	2	18,2	2	18,2	11

**Tabela 11: Idade da mulher e tipo de projecto que possui**

Quanto ao acesso ou não a uma fonte de renda, constatamos que das mulheres com algum plano para a futuro, 45.5% tem acesso a uma fonte de renda própria, e 54.5% não tem acesso a nenhuma fonte de renda própria. Das mulheres sem nenhum plano para a o futuro, 70% tem acesso a uma fonte de renda, e 30% não tem acesso a fonte de renda própria. Com estes dados, apuramos também que acesso ou não a uma fonte pode ajudar, apar da idade, pode nos ajudar a explicar a existência ou não de projectos para o futuro uma vez que as mulheres sem nenhuma fonte de renda são as que apresentam vontade de realizar algum plano para o futuro, diferentemente das que não tem uma fonte de renda própria.

A srª tem algum plano ou projecto para o Futuro?	Asr.ª tem acesso a uma fonte de renda?					
	Sim		Não		Total	
	Frenqu.	%	Frenqu.	%	Frenqu.	%
Sim	5	45,5	6	54,5	11	100
Não	7	70	3	30	10	100
Total	12	57,1	9	42,9	21	100

**Tabela 12: Projecto ou plano para o futuro e acesso a uma fonte de renda**

Interpretando o tipo de planos em função do acesso ou não a uma fonte de renda, Infere-se que as mulheres com acesso a uma fonte de renda própria já se sintam realizadas e



por isso tem poucos, ou nenhum projecto para a o futuro, principalmente quando estas são mais velhas. As mulheres sem acesso a uma fonte renda, tem os seus planos concentrados em abrir um negócio, onde encontramos 50% e terminar uma formação profissional, constituindo a este grupo apenas uma mulher. Nas mulheres com acesso a uma fonte de renda, estão concentradas em realizar uma viagem (02). As mulheres com acesso a uma fonte de renda e que pretendem terminar a formação académica ou profissional, são as mulheres mais jovens, que, como vimos anteriormente, pela sua idade pretendem expandir os seus horizontes ansejando, provavelmente, uma independência financeira.

Ela tem acesso a uma fonte de renda?	Qual é o projecto ou plano?									
	Terminar o ensino ou realizar uma formação profissional		Abrir um negócio		Realizar uma viagem		Outro		Total	
	frenq	%	frenq	%	frenq	%	frenq	%	frenq	%
Sim	2	40	1	20	2	40	0	0	5	100
Não	1	16,7	3	50	0	0	2	33,3	6	100
Total	3	27,3	4	36,4	2	18,2	2	18,2	11	100

**Tabela 13: Acesso a uma fonte de renda e tipo de planos ou projectos para o futuro**

Procuramos verificar se as mulheres que têm algum plano para a o futuro têm autonomia para realiza-los, e constatamos que a maioria das mulheres tem expectativas de realiza-los, correspondendo a uma percentagem de 72.7% e 27.3% não tem grandes expectativas de realizá-lo.



**Gráfico 09: Possibilidade de realização ou não do projecto para o futuro.**

Quanto as mulheres que acham que não irão conseguir realizar os seus planos ou projectos individuais constatamos que todas não têm acesso a uma fonte renda, e na sua

maioria (66.7%) são mais velhas. E quanto as mulheres que afirmam que irão conseguir realizar os seus projectos, na sua maioria tem acesso a uma fonte de renda e são mais novas. Estes dados revelam-nos que a idade e o acesso ou não a fonte renda, são condições para a realização ou não de projectos individuais. Sendo as mulheres mais novas e com acesso a uma fonte de renda, as que tem mais probabilidade de realizar os seus projectos, e as mulheres mais velhas e sem acesso a uma fonte de renda, com menor probabilidade de realizar os seus projectos. Essa hipótese vem a ser confirmada quando procuramos saber das próprias mulheres, porquê acham que não irão conseguir realizar os seus projectos, e a resposta mais comum foi a falta de dinheiro, com uma percentagem de 66.7%, e a falta de tempo 33.3%. Isto vem confirmar a hipótese levantada acima, de que a idade e o não acesso a uma fonte de renda fazem com que as mulheres se sintam impossibilitadas de realizar os seus projectos.

Ela tem acesso a uma fonte de renda?	A senhora irá conseguir realiza-lo?						
	Idade da entrevistada	Sim		Não		Total	
		Frenqu.	%	Frenqu.	%	Frenqu.	%
Sim	[25 - 30]	3	100	0	0	3	100
	[40 - 45]	2	100	0	0	2	100
Não	[25 - 30]	2	66,7	1	33,3	3	100
	[40 - 45]	1	33,3	2	66,7	3	100

**Tabela 14: Acesso a uma fonte de renda e probabilidade de realização do projecto**

Questionamos as mulheres com plano ou projecto para o futuro o que os seus maridos acham dos seus planos, se aprovam, reprovam ou são indiferentes. A resposta mais comum foi de que os seus maridos aprovam os seus planos, com uma percentagem de 72.7%, e 27.3% das mulheres, afirmaram que os seus maridos são indiferentes. Nenhuma mulher afirmou que o seu marido reprova o seu projecto ou plano. Quando cruzada a opinião do marido a cerca do projecto e a expectativa da mulher realizar o seu projecto ou não, constatamos que a opinião do marido exerce uma influência forte, pois todas as mulheres cujos maridos aprovam os seus projectos têm a expectativa de realizá-lo e cujas mulheres o marido é indiferente ao projecto, não têm expectativa de realizá-lo. Portanto, aliado a idade e o não acesso aos recursos financeiros, ter a opinião de marido parece determinar as expectativas da mulher realizar os seus projectos ou não. Esta situação, nos mostra de certo modo que para que a mulher alcance uma autonomia na gestão dos seus projectos individuais, a “vontade” do marido é crucial, uma vez que quando elas não têm acesso a uma fonte de renda, dependem totalmente dele, isso especialmente quando ela é mais velha.

O que o seu Marido Acha do seu Projecto?	A senhora irá conseguir realiza-lo?					
	Sim		Não		Total	
	frenquência	Percent	Frenq.	Percent	frenq	prcent
Aprova	8	100	0	0	8	100
Indiferente	0	0	3	100	3	100
Total	8	72,7	3	27,3	11	100

**Tabela15: Opinião do marido e expectativa da mulher realizar o projeto**

#### **4.4.2. Autonomia no uso dos recursos financeiros**

Na variável relativa a autonomia no uso dos recursos financeiros individuais, procuramos saber se as mulheres podem usar os seus recursos individuais ou do agregado familiar sem consultar os seus maridos. Quanto aos recursos individuais, constatamos que 57.1% das mulheres podem usar os seus recursos sem consultar os seus maridos, e 42.9% afirma que não podem usar o seu dinheiro sem consultar o seu marido. O facto de não poder usar o próprio dinheiro sem consultar o marido, demonstra até certo ponto que as mulheres não têm autonomia no uso dos recursos pessoais, pois não têm a capacidade de decidir sobre eles na ausência do marido, e neste caso concreto a percentagem das mulheres nessa condição é bem considerável.

A senhora pode usar o seu Dinheiro sem consultar o seu Marido?	Ela tem acesso a uma fonte de renda?						
	Idade da entrevistada	Sim		Não		Total	
		Frequ.	%	Frequ.	%	Frequ.	%
Sim	[25 - 30]	2	100	0	0	2	100
	[40 - 45]	4	57,1	3	42,9	7	100
Não	[25 - 30]	3	37,5	5	62,5	8	100
	[40 - 45]	3	75	1	25	4	100

**Tabela16: Idade das mulheres, acesso ou não a fonte de renda e possibilidade de uso de recursos individuais sem consultar o marido.**

Em uma análise minuciosa, constatamos que o acesso a uma fonte de renda e a idade aparecem como variáveis condicionantes na autonomia das mulheres no uso dos recursos individuais. A maior parte das mulheres que afirma que pode usar o seu dinheiro sem consultar os seus maridos, é mais velha, pois temos 07 Mulheres mais velhas contra 02 mais novas, e entre as mais velhas se destacam as que tem acesso a uma fonte de renda, correspondendo a 04 mulheres. Ou seja, as mulheres mais velhas com acesso a uma fonte de renda afirmam ter maior possibilidade de controle sobre os seus recursos em relação as mulheres mais novas com acesso a uma fonte de renda. Das mulheres que afirmam não poder usar os seus recursos sem consultar os seus maridos, na sua maioria são as mulheres mais novas, pois temos 08 mulheres mais novas contra

04 mais velhas, e entre as mais novas destacam-se as sem acesso a fonte de renda, com uma frequência de 05 mulheres, o que mostra que as mulheres mais novas sem acesso a uma fonte de renda tem menor possibilidade de controle de recursos em relação as mulheres mais velhas, sem acesso a fonte de renda. Em suma, as mulheres mais velhas, mesmo não tendo acesso a uma fonte de renda, tem maior probabilidade de controle dos seus recursos, e as mulheres mais novas, mesmo tendo acesso a uma fonte de renda, tem menor probabilidade de controle dos seus recursos.

A senhora pode usar o seu Dinheiro sem consultar o seu Marido?	O seu Marido Sabe quanto a senhora Ganha?						
	Idade da entrevistada	Sim		Não		Total	
		Frequ.	%	Frequ.	%	Frequ.	%
Sim	[25 - 30]	0	0	2	100	2	100
	[40 - 45]	1	25	3	75	4	100
Não	[25 - 30]	3	100	0	0	3	100
	[40 - 45]	0	0	3	100	3	100

**Tabela 17: Idade das mulheres, acesso ou não a fonte de renda e possibilidade de uso de recursos individuais sem consultar o marido.**

Na procura de uma explicação para os dados acima encontrados, constatamos que a partilha de informações acerca do valor da renda é determinante para que elas possam ter controle sobre os seus recursos. Uma vez que é o grupo de mulheres mais velhas que priva os seus maridos da informação acerca do valor da sua renda, constatamos que são essas mulheres que podem usar os seus recursos sem consultar os seus maridos. Entre as mulheres mais novas, a condição para poderem controlar os seus recursos sem consultar os seus maridos, é o facto deles não saberem quanto é que elas ganham. Esta afirmação sustenta-se uma vez que todas as mulheres mais novas, que afirmam que podem usar os seus recursos sem consultar os seus maridos, afirmam que os seus maridos não sabem quanto é que elas ganham, e todas as mulheres que afirmaram que os seus maridos sabem quanto elas ganham, não podem usar os seus recursos sem consulta-los. Se relacionados com os dados acima mencionados, constata-se que a privação da informação sobre o valor da sua renda, é condição para que a mulher possa exercer um maior controle sobre os seus recursos. E as mulheres mais velhas, pela sua idade e experiência já se aperceberam disso e usam essa estratégia de privação informação acerca do valor da sua renda como forma de ter maior controle sobre os seus recursos.

**Capítulo V: O controle de recursos financeiros e o lugar da mulher na Família, sob olhar da interseccionalidade**

Entendemos que a análise com recurso ao conceito de interseccionalidade, nos permite decifrar as desigualdades e diferenças existentes entre as próprias mulheres, pois a combinação de diferentes experiências e identidades, levam a possibilidades diferentes de aceder a determinadas oportunidades e recursos. Desta forma, mulheres mais novas, mulheres mais velhas, mulheres com acesso a uma fonte de renda própria, mulheres sem acesso a uma fonte de renda, são mulheres expostas a um conjunto de experiências distintas, que vão provocar nelas diversas formas de ser e estar, e no caso da família, o lugar que elas vão ocupar não vai ser homogéneo, pois trata-se de categorias diferenciadas de mulheres (Branco, 2008; Piscitelli, 2008).

Andrade (1998) afirma que, nas zonas urbanas, as mulheres muitas vezes são impelidas a ingressar no mercado de trabalho, devido as necessidades do agregado familiar, e ao mesmo tempo ela ainda é responsável pelas tarefas domésticas, sendo assim ela acaba ingressando no mercado de trabalho informal, como forma o equilíbrio entre ambas necessidades. Em nossa pesquisa, constatamos que todas as mulheres que têm acesso a uma fonte de renda própria, encontram-se concentradas no mercado de trabalho informal, pois são donas de lojas, bancas no mercado e revendedoras de artigos próprios. Esta concentração das mulheres no mercado de trabalho informal, denuncia a tendência existente entre as famílias nas zonas urbanas da cidade de Maputo, pois essas mulheres mesmo estando no mercado de trabalho, mesmo tendo acesso a uma fonte de renda, elas ainda são responsáveis pelas tarefas domésticas, isto mesmo entre as mulheres mais velhas e as mais novas.

Outro indicador do comprometimento incondicional da mulher com as tarefas domésticas, é o destino que a mulher dá aos seus recursos. Seraceno (1988) descreveu em sua obra situações em que a mulher é dada autoridade sobre os recursos “da bolsa comum do agregado”, mas este poder de decisão aparece mais como um dever, do que do que um poder. A mulher decide sobre os recursos comuns do agregado na medida em que eles são todos destinados para o suprimento das necessidades domésticas do agregado, área esta que é do seu exclusivo domínio. Em nosso estudo, as mulheres com acesso a fonte de renda destinam, na sua maioria, os seus recursos para o suprimento das despesas domésticas, diárias ou mensais, ou despesas dos filhos, e mesmo entre as mulheres não trabalhadoras, na sua maioria são elas que decidem sobre os recursos alocados para as despesas do agregado familiar.

O comprometimento, quase exclusivo, das mulheres com as tarefas domésticas, demonstra, até certo ponto, quão fraco é o controlo que elas afirmam ter sobre os seus recursos e os do agregado familiar, particularmente entre as mulheres mais novas. Na sua maioria, as mulheres mostraram ter um controlo sobre os seus recursos e os recursos alocados para as despesas do agregado familiar. Porém, uma vez que esses recursos são destinados ao suprimento das despesas domésticas do agregado, esse controlo demonstra-se ser fraco pois isto liga a mulher ao seu papel tradicional de mãe e zeladora do lar, que dedica todas as suas energias e recursos para garantir a satisfação das necessidades domésticas do agregado. As mulheres mais novas, que têm um nível de partilha de informações sobre a sua renda e sobre a renda dos seus cônjuges, o controlo demonstra-se mais enfraquecido ainda. Na decisão sobre os seus recursos e os alocados para as despesas do agregado familiar elas o fazem, directa ou indirectamente, com os seus cônjuges pois eles têm conhecimento pleno do valor da sua renda, e se esta não for aplicada para as despesas domésticas ou dos filhos, certamente que haverá uma contestação, mesmo que esta não seja deliberada, por parte do conjugue. Provavelmente tenha sido por esta razão que entre as mulheres mais novas não encontramos nenhuma que usa os seus recursos para o suprimento de despesas pessoais, isto apenas verificou-se entre as mulheres mais velhas.

Desta forma, inicia-se aqui uma discussão que é referente a autonomia que essas mulheres possuem em relação aos seus maridos. Pela tradição patriarcal, as mulheres encontram-se submissas aos seus maridos, a capacidade de decidir sobre o seu próprio destino, dependendo todas circunstâncias dos seus cônjuges, ou seja, elas não têm autonomia perante aos seus cônjuges, são eles que as deixam exclusivamente responsáveis pelas despesas domésticas, diárias ou mensais, e acaba se formando um mundo em que a mulher fica presa a ele, e inconscientemente “as leis” sobre a decisão daquele lugar, dentro da família (*apud* Flickinger, 2003).

O facto da indiferença do marido contribuir para a falta de expectativas da mulher acerca da realização dos seus projectos, denuncia, também, alguma falta de autonomia por parte da mulher em relação ao marido para seguir em frente com os seus projectos. A indiferença do marido face ao seu projecto, é percebida pela mulher como se fosse uma reprovação e por mais vontade que a mulher tenha de decidir por si própria se vai seguir ou não com o projecto, a influencia do marido que se instala no inconsciente, faz com que ela acredite que não irá realizar o projecto, não por causa da indiferença do

marido, mas sim por outras razões como a falta de dinheiro e falta de tempo. Esta falta de autonomia, é verificada numa intercessão de mulheres mais novas e sem acesso a uma fonte de renda, ou seja, este grupo específico de mulheres é que está mais vulnerável a influência do marido, e acabam sendo eles a decidir por elas, e as fazem crer, de certa forma, que as razões são outras e não exatamente a sua indiferença.

Um outro dado revelador da falta de autonomia das mulheres mais novas e sem acesso a fonte de renda, é o facto de ser entre este grupo de mulheres, onde encontramos maior índice de mulheres que não podem decidir sobre os seus recursos individuais sem consultar os seus maridos. Não poder usar seus próprios recursos antes de consultar os seus maridos (mesmo quando estes são adquiridos de forma própria, ou quando estes são dados através da mesada) significa, segundo Castoriadeis (1991) não ter capacidade de decidir por si própria, sobre aquilo que lhe pertence por direito, e que as leis para gestão dos seus recursos são ditadas, directa ou indirectamente, por uma outra pessoa. Esta situação, já tinha sido descrita por Loforte (2000) como um indicador de que mesmo com as mudanças estruturais ocorridas no país, continua a cargo do homem a definição de estratégias de controle da vida da mulher em diversos aspectos, e neste caso concreto é o aspecto economia familiar e individual.

Entre as mulheres mais velhas e com acesso a uma fonte renda, parece haver sido encontrado maneiras de subverter a situação da falta de autonomia perante os seus parceiros e saírem da “prisão” a qual elas eram colocadas, pelos seus parceiros com a legitimação da tradição patriarcal. Estas mulheres, como verificamos pelos dados, além de ter acesso a uma fonte de renda, elaboram estratégias para poder ter a possibilidade de ter um controle sobre os seus recursos, e decidir por si mesma sobre a sua própria vida financeira. Ao elaborarem essas estratégias, demonstram que pela experiência única que elas têm, que lhes é dada pela sua idade e renda, elas têm mais oportunidades de exercer sua autonomia através de seus recursos, diferentemente de outros grupos de mulheres, como as mulheres mais novas com acesso a fonte de renda, e as mulheres mais novas sem acesso a fonte renda. Ou seja, a tradição, que segundo Loforte determina a opressão da mulher pelo marido, vai agir de forma diferenciada, perante as diversas experiências que as mulheres possuem, ou perante as diversas categorias sociais de mulher existentes, que são geradas pelas suas experiências concretas e únicas.



Essa acção diferenciada da tradição, pode ser demonstrada também, pelo facto das mulheres sem acesso a uma fonte de renda terem apresentado, na sua maioria, como projeto individual a obtenção de uma fonte de renda. Isso demonstra, de certa forma, uma certa consciência por parte das mulheres de que a autonomia financeira perante o marido, pode ser alcançada, e uma das vias é obtenção de uma fonte de renda própria. O facto das mulheres sem acesso a uma fonte renda própria, terem no final das contas praticamente a mesma renda que as mulheres com acesso a uma fonte de renda própria, mostra que vontade de ter acesso a uma fonte de renda, não está no valor da renda em si, mas sim na possibilidade de se ter numa certa autonomia perante o seu marido, pois o mesmo que elas têm em casa, é praticamente o mesmo que elas teriam se fossem “trabalhar”. Como mostrou Casmiro ( 2011), o acesso a uma fonte de renda desencadeia um processo de empoderamento feminino, mas para que essa mulher, mais nova e sem acesso a uma fonte renda, alcance a autonomia, será necessário, como verificamos anteriormente, que elabore estratégias complementares, como a não partilha de informação acerca da sua renda, algo que as mulheres mais velhas parece terem descoberto.

Assim, mulheres de experiências diferentes dentro da família, ocupam lugares diferentes, sendo a sua identidade e experiência o factor de diferenciação. Os lugares que homens e mulheres vão ocupar na família são determinados pelos capitais diferenciados que estes indivíduos possuem, ou por outra, pelo conjunto de experiências que cada um possui. Pelos dados de campo, constatamos que ao longo do tempo o lugar da mulher dentro da família não é único e inalterável, isso apesar da tradição patriarcal se mostrar bem clara quanto aos lugares que estas devem ocupar dentro dessa estrutura social. A partir dos dados acima analisados podemos inferir que as mulheres mais velhas, pelo tempo de matrimónio, pela sua experiência, pelo acesso a fonte de renda própria, demonstram uma maior capacidade de mudar a sua condição social de subalternidade dentro da família, isso em relação as mulheres mais novas e sem acesso a uma fonte renda. Denota-se desta forma diferenças dentro do próprio grupo das mulheres, em um momento onde umas têm capacidade de traçar estratégias para acederem a lugares de privilégios dentro da família, em relação a outro grupo de mulheres.

## **Considerações Finais**

No presente trabalho procuramos refletir sobre o lugar da mulher na família a partir do sistema de controlo de recursos financeiros estabelecido dentro desse espaço social. A partir de um trabalho de campo, realizado no bairro Polana caniço, um dos bairros populares e periféricos da cidade de Maputo, procuramos verificar como é que diferentes grupos de mulheres pobres, que possuem diferentes identidades e conseqüentemente expostas a um conjunto diferente de experiências, acedem aos recursos financeiros e como é que exercem o controle dos mesmos. Tomamos como ponto de partida as mudanças ocorridas nos últimos tempos em Moçambique, que causaram nas mulheres diferentes reacções, e por essa razão questionamos o lugar que ela ocupa na estrutura familiar, e pretendíamos obter respostas tendo acesso a forma como elas lidam com os recursos financeiros dentro do agregado.

O trabalho de campo abrangeu uma amostra de 21 mulheres, todas casadas ou vivendo maritalmente. Metade com acesso a uma fonte de renda própria e a outra metade não, com idades compreendidas entre os 25 e 30 anos, e 40 e 45 anos. A distribuição feita da amostra em idade e acesso a uma fonte de renda ou não, permitiu-nos desenhar e fazer uma análise comparativa com diferentes categorias de mulheres que foram: “mulheres mais novas com acesso a fonte de renda”, “mulheres mais novas sem acesso a fonte de renda”, “mulheres mais velhas com acesso a fonte de renda”, “mulheres mais velhas sem acesso a fonte de renda”.

O trabalho de campo revelou-nos que as mulheres com acesso a fonte de renda encontram-se na sua totalidade aglomeradas no mercado informal, e dirigem quase todos os seus ganhos para o suprimento das despesas domésticas, o que nos levou a concluir que isso acontece na tentativa delas cumprirem, ao mesmo tempo, com o seu papel de mãe protetora do lar e de trabalhadora. Já as mulheres sem acesso a uma fonte de renda própria, recebem os seus maridos uma renda mensal, cujo valor é similar a aquele que é auferido pelas mulheres com acesso a uma fonte de renda própria. Esse dado nos levou a inferir que as mulheres que “trabalham”, não o fazem exclusivamente por falta de recursos financeiros, mas que existem outras razões que levam com que esse fenómeno aconteça, e uma das razões é desejo de alcançar uma autonomia a partir do acesso aos recursos financeiros. O que veio fortificar esta hipótese foi o facto das mulheres sem acesso a fonte de renda, terem como projectos pessoais adquirir uma fonte de renda.

O acesso a uma fonte de renda oferece as mulheres a possibilidade de obterem autonomia face aos seus maridos para decidir sobre os seus recursos, mas para que a autonomia seja alcançada, elas precisam desenhar outras estratégias complementares. As mulheres sem acesso a fonte de renda, em particular as mulheres mais novas, tem poucas probabilidades de controle dos seus recursos, pois elas decidem sobre os seus recursos e sobre os recursos alocados para as despesas domésticas do agregado juntamente com os seus cônjuges, principalmente entre as mulheres mais novas. As mulheres com acesso a uma fonte de renda, em particular as mais velhas, conseguem exercer maior controle sobre os seus recursos, e têm mais espaço para desenhar e realizar planos pessoais. Estas mulheres, diferentemente das mais novas, privam a informação sobre a sua renda mensal, o que lhe permite exercer esse controle, pois os seus cônjuges não sabem quanto elas ganham.

A partir de uma análise interseccional, foi possível concluir que as mudanças estruturais que se verificaram no país, criaram condições para as mulheres pudessem, de acordo com as suas identidades e experiências, ocupar lugares diferentes na estrutura familiar. Foi nesta pesquisa demonstrado que o grupo das mulheres não é homogêneo, há diferenças significativas entre as próprias mulheres e essas diferenças determinam o lugar que cada uma vai ocupar na estrutura familiar. Nesta pesquisa, as mulheres mais velhas, pela idade e pelo tempo de matrimônio, conseguem desenhar estratégias que as permitem obter um maior controle sobre os seus recursos, o que indica que elas não ocupam totalmente um lugar de submissão, há espaço para elas terem a sua autonomia, e decidirem por si próprias o seu destino e o destino do agregado. A entrada das mulheres no mercado de trabalho, abre espaço para que estas mudanças ocorram na família, e as mulheres tenham possibilidade de ocupar lugares distintos na família, diferentemente daqueles “naturalmente” destinados a elas pela organização sócio-cultural (patriarcal) predominante no país. Desta forma, foi possível confirmar a nossa hipótese, pois pudemos verificar que as mulheres lidam de forma diferenciada com os recursos financeiros dentro do agregado familiar, tendo, as mais velhas com acesso a fonte de renda, maior capacidade de controle sobre os seus recursos e do agregado família.

Com o presente trabalho não esgotamos o tema referente ao lugar da mulher na estrutura familiar, principalmente nas zonas urbanas. O que fizemos neste trabalho foi analisar uma das facetas desse fenómeno social, através do controle dos recursos financeiros, mas acreditamos que há outros elementos por analisar para se obter uma resposta mais

conclusiva. Um outro aspecto a destacar no presente trabalho, é a perspectiva teórica por nós usada, a interseccionalidade. Esta, apesar de ser uma nova perspectiva de análise nos estudos sobre as desigualdades sociais, mostrou-se bastante aberta a compreender outras formas de diferença, que podem combinar entre si e gerar situações claras de desigualdades sociais, sem necessariamente se estar preso a uma única categoria de diferença, como a de género.

## Bibliografia

AIAS, (Instituto de Estudos Avançados sobre o Trabalho de Amesterdão). *Visão Geral do Trabalho e Emprego das Mulheres em Moçambique; Universidade de Amesterdão*. Amesterdão, Países Baixos, Julho de 2009

ANDRADE, Ximena *et all.* *Famílias em contexto de Mudança em Moçambique*. WLSA Moçambique. UEM. 1998

BERGER, P, LUCKMANN, T. A *Construção Social da Realidade*. Petrópolis: Vozes, 1973.

BLACKWELL, Maylei & NABER, Nadine. *Interseccionalidade em uma era de globalização: as implicações da conferencia mundial contra o racismo para práticas feministas transnacionais*. Revista estudos feministas P189-198 N° 01, 2002 disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11637.pdf> acessado no dia 22 de Outubro de 2012.

BORDIEU, Pirre. *A Dominação Masculina*. Bertrand, Rio de Janeiro. 1999

BORSA, Juliane C. & FEIL, Cristiane F. *O Papel da Mulher no contexto familiar: Uma breve reflexão*. 2008. Disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0419.pdf> acessado no dia 22 de Outubro de 2012

BRAH , Avtar. *Diferença, diversidade, diferenciação*. cadernos pagu (26), janeiro-junho de 2006: pp.329-376. Disponível em: <http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/01112009-095143bra.pdf> acessado no dia 18 de Outubro de 2012

BRANCO, Patrícia. *Do género a interseccionalidade: considerações sobre mulheres, Hoje e em contexto Europeu*. Revista Julgar, N° 04 P. 103-117. 2008 disponível em: [http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/746\\_Julgar004-Dog%E9nero%E0interseccionalidadeconsidera%E7%F5essobremulhereshojeemcontextoeuropeu-Patr%EDciaBranco.pdf](http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/746_Julgar004-Dog%E9nero%E0interseccionalidadeconsidera%E7%F5essobremulhereshojeemcontextoeuropeu-Patr%EDciaBranco.pdf) Acessado no dia 21 de Outubro de 2012.

CASMIRO, Isabel. *Empoderamento económico da Mulher, Movimento associativo e Acesso a Fundos de Desenvolvimento Local*. XI Congresso Luso Brasileiro de ciências Sociais, Salvador. 2011. Disponível em: [http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307750976\\_ARQUIVO\\_EMPODERAMENTOEOECONOMICODAMULHER.pdf](http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307750976_ARQUIVO_EMPODERAMENTOEOECONOMICODAMULHER.pdf) acessado no dia 16 de Novembro de 2012

CINTURA, Sónia Das Dores Baptista. *A situação da pobreza das mulheres em Maputo e suas percepções: o caso do distrito urbano N°02*. 2003. 43 folhas. Monografia (Licenciatura em Sociologia) Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo.

COLLIER, Edder. *Em direção da igualdade de género: um perfil de género em Moçambique*, 2001.

COSTA, Ana Bénard *Há-de vir um senhor que é meu marido: relações de género na periferia de Maputo*. Instituto de Investigação Científica e Tropical, Lisboa, 2005.

COSTA, I. Henrique & ANDRÓSIO, V. Oliveira. *As Transformações do Papel da família na contemporaneidade*. S/d. Disponível em: <http://srvwebbib.univale.br/pergamum/tcc/Astransformacoesdopapeldamulhernacontemporaneidade.pdf> acessado no dia 15 de Novembro de 2012

CRUZ, Tereza & SILVA, Ximene Andrade da. *Feminização do Sida em Moçambique: A cidade de Maputo, Quelimane e Distrito de Inhassungue na província da Zambézia Como estudo de caso*. In: ARTHUR, Maria José. Memórias do activismo: colecção das publicações Outras vozes 2002-2006. Wlsa Moçambique, 2007.

DUBY, Georges & MICHELLLE, Perrot. *História das Mulheres: O Século XX*: Vol. 05 Edições Afrontamento, Porto-Portugal, 1991.

FILHO, Amílcar Torrão. *Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam*. 2004 Acessível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n24/n24a07.pdf> no dia 19/12/11

FLICKINGER , Hans-GeorG. *Autonomia e reconhecimento: dois conceitos-chave na formação* Educação, Porto Alegre, v. 34, n. 1, p. 7-12, jan./abr. 2011. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/8663/6122> acessado no dia 18 de Outubro de 2012

GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. 4ª Edição, Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa, 2004.

GIL, C. António. *Métodos e Técnicas de pesquisa social*. 5ª ed. Atlas. São Paulo, 1999.

HINTZ, Helena Caetano. *Novos tempos, novas famílias?: Da modernidade à pós-modernidade*. Pensando Famílias, Nº 3, P:8-19. 2001 Disponível: [www.domusterapia.com.br/pdf/PF3HelenaHintz.pdf](http://www.domusterapia.com.br/pdf/PF3HelenaHintz.pdf) Acessado no dia 16 de Novembro de 2012

HIRATA, Helena. Et all, (Orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. Editora Unesp. São Paulo, 2009

LOFORTE, Ana M. *Gênero e Poder entre os Tsonga de Moçambique*. Coleção Identidades. PROMÉDIA, Maputo. 2000

LOFORTE, Ana M. *Mulher, poder e tradição em Moçambique* Publicado em “Outras Vozes”, nº 5, Novembro de 2003

MARCONI, M e LAKATOS. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 6ª ed. Atlas, São Paulo. 2007.

MABILANA, Marta Lumina. *Relações de gênero, acesso a Terra e a pobreza rural: o caso do distrito de Marracuene*. 2005. 70 folhas. Monografia (Licenciatura em



Antropologia) Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo.

MARTINS, Angela Maria. *Autonomia e educação: A trajetória de um conceito*. Cadernos de Pesquisa, n. 115, mp. a2rç0o7/-223020,2 março/ 2002 disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n115/a09n115.pdf> acessado no dia 15 de Outubro de 2012

MONJANE, Valuarda. *Participação Feminina no Mercado de Trabalho em Moçambique*. 2011. Disponível em <http://www.webartigos.com/artigos/participacao-feminina-no-mercado-de-trabalho-em-mocambique/61012/> acessado no dia 12 de Abril de 2012

MURDOCK, Roberto. *Estrutura social*. MacMillan., Nova Iorque, 1949.

NICHOLSON, Linda; *Interpretando o Género*. Estudos Feministas, 2000.

OSÓRIO, Conceição. *Subvertendo o poder político? Análise de género das eleições legislativas em Moçambique, 2004*. WLSA Moçambique, 2005.

OSÓRIO, Conceição & SILVA, Ximena Andrade *et all*. *Direitos humanos das mulheres em quatro tópicos: uma revisão da literatura*. WLSA Moçambique DEMG. CEA .UEM Maputo, 2000.

PINTO, José Madureira. *Considerações sobre a produção social de Identidade*. Revista Crítica de Ciências Sociais. 32:217-231. (1991) Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/32/Jose%20Madureira%20Pinto%20-%20Consideracoes%20Sobre%20a%20Producao%20Social%20de%20Identidade.pdf>  
Acessado no dia 10.01.2013

PISTELI, Adriana. *interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras*. Sociedade e Cultura, v.11, n.2, jul/dez. P.263-274 2008 disponível em: <http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=interseccionalidade%20e%20seus%20conceitos%20analiticos&source=web&cd=2&cad=rja&ved=0CCUQFjAB&url=http%3A%2F%2Fwww.revistas>.

[ufg.br/index.php/fchf/article/download/5247/4295&ei=qK2sULy7OYOmhAeh4G4Cw&usg=AFQjCNGmrOXGsVikPI29GqhE4FMs1-gQ](http://ufg.br/index.php/fchf/article/download/5247/4295&ei=qK2sULy7OYOmhAeh4G4Cw&usg=AFQjCNGmrOXGsVikPI29GqhE4FMs1-gQ) Acessado no dia: 21 de Outubro de 2012

QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc Van. *Manual de investigação em Ciências Sociais*. 4ª Edição. Gradiva editoras, Portugal 2005

RICHARDSON, Roberto Jarry et all. *Pesquisa social: Métodos e técnicas*. 3ª Edição, Editora Atlas, São Paulo 2008

SANTANA, Anabela Maurício. *Mulher Mantedora/Homem chefe de Família: Uma Quetsão de gênero e Poder*. Itabaiana: GEPIADDE, Ano 4, Volume 8 | jul-dez de 2010. Disponível em: [http://200.17.141.110/periodicos/revista\\_forum\\_identidades/revistas/ARQ\\_FORUM\\_IND\\_8/FORUM\\_V8\\_05.pdf](http://200.17.141.110/periodicos/revista_forum_identidades/revistas/ARQ_FORUM_IND_8/FORUM_V8_05.pdf) acessado no dia 20 de Outubro de 2012

SCOTT, Joan Wallach. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, n.2, pp.71-99, jul./dez. 1995. disponível em: [http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/generodh/gen\\_categoria.html](http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/generodh/gen_categoria.html). Acessado no dia 20/12/11

SERACENO, Chiara. *Sociologia da Família*. Editorial Estampa, Lda. Lisboa 1988.

SILVA, Ximena Andrade et all. *As famílias em contexto de Mudança em Moçambique*: WLSA Moçambique. UEM. 1998

SILVA, Terezinha, *Manual de integração de Género*; Grupo de género e de Direitos Humanos. Moçambique, Maputo 2008

TELES, Nair & BRÁS, Eugénio J. (Orgs.) *Gênero e direitos humanos em Moçambique*. Departamento de Sociologia da Universidade Eduardo Mondlane. Maputo, Moçambique, 2010.

TURNER, Jonathan, H. *Sociologia: Conceitos e Aplicações*. Makron Books Ltda. 1ª edição, São Paulo. 1999. 2006

## **Anexos**

## Anexo I. Questionário

### A. Dados sócio demográficos

1. Idade
  - 25-30 ( )
  - 40 – 45 ( )
2. Nível de escolarização
  - ( ) Nenhum
  - ( ) Primário incompleto
  - ( ) Primário completo
  - ( ) Secundário do 1º ciclo
  - ( ) Secundário do 2º ciclo
  - ( ) Superior
3. Que tipo de união possui
  - ( ) Civil
  - ( ) Religiosa
  - ( ) Tradicional
  - ( ) União de facto

### B. Acesso

1. A Srª trabalha?
  - I. Sim ( )
  - II. Não ( ) → 2
- 1a) Onde:
  - I. Em uma instituição do estado ( )
  - II. Presta serviços domésticos ( )
  - III. No sector informal ( )
  - IV. Dona de negócio próprio ( )
  - Outro \_\_\_\_\_
- 1b) Com que frequência a Srª tem recebido o Seu salário/Ganho ( depedendo da Resposta em 1b) ?
  - I. Diariamente ( )
  - II. Semanalmente ( )
  - III. De 15 em 15 dias ( )
  - IV. Mensalmente ( )
  - Outro \_\_\_\_\_

1c) Qual é o valor que a Senhora auferir nesse período? (o entrevistador deve fazer uma estimativa de quanto auferir em 30 dias)

- I. Menos de 500 ( )
- II. De 500 a 1000 MT ( )
- III. De 1000 a 2000 ( )
- IV. De 2000 a 5000 ( )
- V. Acima dos 5000 ( )

2. A Sr<sup>a</sup> tem alguma (outra) fonte de renda?

- I. Sim ( )
- II. Não ( ) → 6

3. Qual?

- I. Pensão/Reforma ( )
- II. Terra arrendada ( )
- III. Casa arrendada ( )
- IV. Machamba ( )
- V. Criação de Animais ( )

Outra \_\_\_\_\_

Se 1 ou 2: Sim → 7

4. De onde vem o dinheiro para sustentar as suas despesas individuais?

- I. Mesada ( )
- II. Xtique ( )
- IV. Outra \_\_\_\_\_

4. (se Mesada) de quem?

- I. Marido ( )
- II. Pai/Mãe ( )
- III. Filho/Sobrinho ( )
- IV. Tio ( )
- VI. Madrinha/Padrinho ( )
- VII. Outro \_\_\_\_\_

5. Qual valor?

- I. Abaixo de 500 ( )
- II. 500 a 1000 ( )
- III. 1000 a 2000 ( )
- IV. Acima dos 2000 ( )

7. O seu Marido Trabalha?

- I. Sim ( )
- II. Não ( ) → II parte

7a) A senhora sabe quanto ele Ganha?

- I. Sim ( )
- II. Não ( ) → II parte

7b) Qual valor ele ganha?

- I. Menos de 500 MT ( )
- II. De 500 a 1000 MT ( )
- III. De 1000 a 2000 MT ( )
- IV. De 2000 a 5000 MT ( )
- V. Acima dos 5000 MT ( )

**C. Controle (para as mulheres que tem alguma fonte de renda)**

1. O seu marido sabe quanto a senhora Ganha?

- I. Sim ( )
- II. Não ( )

2. O dinheiro que se senhora ganha aplica em o quê?

- I. Despesas domésticas mensais ( )
- II. Despesas domésticas diárias ( )
- III. Despesas dos filhos ( )
- IV. Despesas individuais ( )

V. Aplicação em algum projecto do agregado ( )

VI. Outro \_\_\_\_\_

3. Quem decide sobre como a senhora vai gastar o teu dinheiro?

I. Própria ( )

II. Marido ( )

IV. inquirida + Marido ( )

V. Outro \_\_\_\_\_

4. Quem decide sobre as despesas mensais do agregado familiar?

I. Própria ( )

II. Marido ( )

III. inquirida + Marido ( )

V Outro \_\_\_\_\_

5. Actualmente o agregado possui algum projecto?

I. Sim ( )

II. Não ( ) → D

5a) Qual?

I. Compra de um terreno para o agregado ( )

II. Construção de uma nova casa para o agregado ( )

III. Construção da casa dos pais dela ou do Marido ( )

IV. Abertura de um negócio ( )

V. Realização de alguma cerimónia (Casamento, missa, festa de aniversário, etc.) ( )

VI. Uma viagem familiar ( )

Outro \_\_\_\_\_

5b) Com que fundos será executado o projecto?

I. Da própria ( )

II. Do Marido ( )

III. Dos dois ( )

- IV. Contribuição familiar ( )
- V. Ajuda Externa ( )
- VI. Outro \_\_\_\_\_

**C1. Controle (para as mulheres sem nenhuma fonte de renda)**

1. Quem decide sobre como se vai gastar o dinheiro do agregado?

- I. Marido ( )
- II. Inquirida ( )
- III. inquirida + Marido ( )
- IV. Outro \_\_\_\_\_

2. Quem decide sobre as despesas mensais do agregado familiar?

- I. Própria ( )
- II. Marido ( )
- III. Inquirida + Marido ( )
- V. Outro \_\_\_\_\_

3. Actualmente o agregado possui algum projecto?

- I. Sim ( )
- II. Não ( ) → D

5a) Qual?

- I. Compra de um terreno para o agregado ( )
- II. Construção de uma nova casa para o agregado ( )
- III. Construção da casa dos pais dela ou do Marido ( )
- IV. Abertura de um negócio ( )
- V. Realização de alguma cerimónia (Casamento, missa, festa de aniversário, etc.) ( )
- VI. Uma viagem familiar ( )
- Outro \_\_\_\_\_

5b) Com que fundos será executado o projecto?

- I. Do Marido ( )
- II. Contribuição familiar ( )
- III. Ajuda Externa ( )
- IV. Outro \_\_\_\_\_



### III. Parte

#### D. Autonomia

1. A Sr<sup>a</sup> Tem algum plano ou projecto individual para o futuro?

II. Não ( ) → 4

I. Sim ( )

1a) Qual?

I. Terminar o ensino ou realizar uma formação profissional ( )

II. Abrir um negócio ( )

III. Realizar uma viagem ( )

IV. Comprar um bem de uso (por ex. carro, computador, máquina de lavar, fogão) ( )

Outro \_\_\_\_\_

2. A senhora acha que irá conseguir realizá-lo?

I. Sim ( ) → 3

II. Não ( )

2a) Porquê?

I. Falta de dinheiro ( )

II. Falta de tempo ( )

III. Falta de apoio familiar ( )

IV. Falta de oportunidade ( )

V. Outro \_\_\_\_\_

3. O que seu marido acha desse projecto?

I. Aprova ( )

II. Reprova ( )

III. Indiferente ( )

4. A Senhora pode utilizar o seu dinheiro sem notificar ou consultar o seu marido?

I. Sim ( )

II. Não ( )

5. Quando a senhora tem alguma despesa inesperada e urgente, a senhora usa ou pode usar o seu dinheiro sem consultar o teu marido?

I. Não ( )

II. Sim ( ) Em que circunstâncias \_\_\_\_\_